FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA

A CAPELA DE SANTA CRISTINA DO PINHAL: UMA REFERÊNCIA NA HISTÓRIA DA REGIÃO (1847-1892)

CÉLIA MARIA DIAS

Taquara

2010

CÉLIA MARIA DIAS

A CAPELA DE SANTA CRISTINA DO PINHAL: UMA REFERÊNCIA NA HISTÓRIA DA REGIÃO (1847-1892)

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licienciatura em História, sob a orientação da Profª. Drª. Dalva Neraci Reinheirmer.

Taquara

2010

Dedico este trabalho a meu filho Guilherme e a Taianni por todo o amor, companheirismo, felicidade e paz de espírito que me trouxeram. Suas existências dão mais sentido à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Criador do Universo, pai de infinita bondade, por ter me dado forças para vencer, iluminando minhas ideias, colocando no meu caminho pessoas especiais que me apoiaram nos momentos difíceis.

À Professora Doutora Dalva Neraci Reinheimer por ter aceitado o desafio de me orientar neste Trabalho de Conclusão, estreitando nossos laços de amizade;

A todos os professores das Faculdades Integradas de Taquara, aos quais, tive a oportunidade de conhecer e assistir muitas aulas, em especial, aos professores de História, que muito contribuíram para a minha formação, não só no aspecto do conhecimento, como também no aspecto humano;

Aos colegas de Faculdade, Andréia, Geovana, Guilherme, Joice, Jocemar, Regina e Rosemere, amigos para sempre, que me engrandeceram com a oportunidade de conviver com pessoas tão especiais como eles, em minha vida;

Aos meus familiares, em especial ao Sérgio, Clair, João, Angélica e a tia e madrinha, Joana, que acreditaram no meu potencial e se esmeraram para que eu me graduasse em História, me auxiliando na questão financeira;

Aos meus amigos, Paulo Gilberto, Elaine, Eliane, Maria Cleni, e Rosana pela força e companheirismo;

Ao pároco, Paulo Mülher, por permitir meu acesso aos arquivos da paróquia.

e a Pámila Morgana pelo auxílio com os mesmos.

A todos que, de alguma maneira, ajudaram na elaboração desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem a finalidade de perceber a história da Capela Católica de Santa Cristina do Pinhal, sua inserção na comunidade local e sua atuação para a caracterização da sociedade. Investigar o processo de imigração e colonização alemã na região. Ainda abordar a questão política. Este estudo é relevante pelo fato de até então não existir nenhum trabalho acadêmico voltado especificamente a este tema. Para a realização desta pesquisa ter-se-á como base a micro-história. Assim, através da pesquisa bibliográfica e documental e de uma revisão da historiografia local, que apresenta explicação para tal fato, bucar-se-á compreender o processo de posicionamento da instituição religiosa no momento da perda da emancipação de Santa Cristina do Pinhal. Com embasamento na história política, econômica e sociocultural, será levantada uma série de hipóteses para justificar, a partir do contexto do Rio Grande do Sul, esse processo ocorrido no advento da República.

Palavras-chave: Capela. Imigração. Colonização. Santa Cristina do Pinhal. Desemancipação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO 12

3 A CAPELA DE SANTA CRISTINA DO PINHAL 40

4 CONCLUSÃO 48

REFERÊNCIAS 51

ANEXOS 54

1 INTRODUÇÃO

Os objetivos desta pesquisa surgiram de uma busca pelo resgate da história da localidade natal da autora do presente trabalho.

Reconhecer a história da Capela de Santa Cristina do Pinhal, sua inserção na comunidade local e a atuação da paróquia para a caracterização da sociedade local. Usaremos a denominação de capela ao longo deste trabalho para denominar este templo católico uma vez que temos como fontes históricas as leis de sua criação.

O povoado de Santa Cristina do Pinhal localizado no atual município de Parobé, Rio Grande do Sul, se formou pelo considerável número de moradores que ocuparam a região e que desenvolveram a agricultura, e o comércio de madeiras, a saber, o pinheiro. Estes moradores passaram, devido a sua religiosidade e desejo de autonomia, a erigir sua capela. Nos arredores da mesma se localizaram os habitantes mais abastados, e a localidade foi alcançando assim, a desejada "autonomia" comercial. No entanto, mesmo havendo um maior desenvolvimento econômico que gerou a formação da freguesia de Santa Cristina, esse núcleo urbano manteve-se com características rurais.

No entanto se faz necessário abordar ainda a questão política, sua perda de autonomia, uma vez que o distrito de Santa Cristina do Pinhal foi a primeira Intendência da região e sede do município de Taquara, servindo também de município-mãe de grande parte da região, inclusive Canela.

No século XVIII, a localidade representou uma frente de expansão, sendo essa característica determinante para a constituição social, uma vez que teve sua população formada basicamente por lusos e na vinda de moradores expulsos de outros lugares pelas guerras de espanhóis e portugueses. Cabia a Santa Cristina do Pinhal, no período referido, também o papel estratégico, devido a seu posicionamento geográfico, de fornecimento de produtos, em especial os oriundos de atafonas e alfaiataria, sendo sua produção voltada especialmente para Porto Alegre, São Leopoldo e ao exército.

Ao longo do século XIX, a localidade de Santa Cristina do Pinhal vivenciou experiências marcantes no campo político que se refletiram no aspecto sócio-

econômico, nesse período passou de sede de um extenso município a distrito secundário, isto ocorreu por meio de um decreto administrativo.

Inicialmente o povoado e o próprio espaço eram denominados de Pinhal, devido à abundância de pinheiros. A partir de 1847 passou a se chamar de Santa Cristina do Pinhal, em razão da construção do templo católico que lhe deu a condição de paróquia de uma diocese e assim alcançou o status de vila. Portanto a presença da igreja se sobrepôs ao fator econômico e esta igreja passou a ser uma referência para a localidade, para os seus habitantes e para a região.

Para a realização do trabalho seguiremos uma linha de pesquisa bibliográfica. Com consulta em Acervo documental da paróquia, contextualização da bibliografia corrente de história do Rio Grande do Sul com a da história local e com a documentação.

A elaboração deste trabalho, através da pesquisa sobre a Capela de Santa Cristina do Pinhal, pretende aprofundar aspectos de relevância para a região do Vale do Paranhana, além de oferecer subsídios importantes para a história regional, pois há poucas obras que retratam esse assunto. A referida capela é a mais antiga da região da outrora localidade do Mundo Novo. Algumas questões que nortearão a presente pesquisa estão baseadas em perguntas que buscam algumas explicações questionando: O que motivou o estabelecimento da primeira capela da região na localidade de Santa Cristina do Pinhal e não nas localidades próximas? Qual a importância da capela enquanto instituição religiosa junto à comunidade? O que o estabelecimento de uma capela representava para a comunidade enquanto um grupo social? E que influência tinha para o desenvolvimento de uma localidade? Como foi a atuação da paróquia no episódio de destituição do município de Santa Cristina do Pinhal?

Tem-se como suporte teórico metodológico a linha sócio-cultural e sua estrutura será através do recorte histórico estabelecido pela micro-história, analisando a região onde estava inserida a Capela de Santa Cristina do Pinhal. Tem-se como base para essa estrutura um contexto na macro-história, buscando-se assim uma sustentação para as questões norteadoras visto que, há pouco material documental sobre Santa Cristina do Pinhal. Desse modo busca-se fontes em livros, revistas, arquivos e museus para levantamento de dados e dar adequação a presente pesquisa.

O recorte histórico temporal estabelecido pela micro-história no presente estudo, abrange as décadas de 1847 a 1892, podendo tanto anteceder como adentrar um pouco além desta, pois estamos tratando de um processo com antecedentes e conseqüências, respectivamente as datas de autorização para a construção da Igreja e a perda da autonomia política do município de Santa Cristina do Pinhal, cuja localidade é um espaço integrado a um espaço maior, não sendo portanto, isolado, e acontecimentos externos interagem com a localidade de Santa Cristina do Pinhal.

Na contextualização da micro-história usaremos Burke (2002)[1] onde diz que para os historiadores ela se preocupa em reconstruir as ideias, a visão do cosmo de um único indivíduo. O método micro-histórico tem muito em comum com estudos de comunidades conduzidos por antropólogos, como o estudo de caso ampliado. E que o "Drama social" refere-se a um conflito de pequena abrangência que revela questões latentes na sociedade em geral (ruptura, crise, ação corretiva e reintegração). É ainda a interpretação de uma cultura cujo objetivo dos micro historiadores reveste-se de ambição intelectual, onde tiram conclusões gerais a partir de estudos de dados locais. Os micro historiadores podem concentrar-se em um indivíduo, um incidente ou uma pequena comunidade para observar as incoerências de grandes sistemas sociais e culturais.

Estudos sobre comunidades revelaram contrastes culturais entre tipos de povoados em meios ambientais diversos. O termo "comunidade", portanto, é ao mesmo tempo útil e problemático. Esse termo precisa livrar-se do pacote intelectual em que ele faz parte do consensual. E não se pode ter por certo que uma comunidade seja caracterizada por atitudes homogêneas ou esteja livre de conflitos – lutas de classes, entre outros. Santa Cristina se insere dentro desse contexto pelo fato de se tratar do estudo de uma particularidade.

No que se refere às obras consultadas que se embasam neste trabalho destacaremos algumas que darão a contextualização histórica necessária. Reinheimer (2010) apresenta as contribuições da ligação econômica das colônias alemãs com Porto Alegre. Analisa o desenvolvimento no setor de transporte fluvial durante o período de seu apogeu e, também, no início de sua decadência. Seu estudo contribui para a compreensão da política econômica adotada pelos governos

[1] BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Editora UNESP, 2002. (p. 85-86).

da República Velha gaúcha, que era de interação e parceria com os setores privados, a fim de promover o desenvolvimento econômico do estado. Tem-se no caso de Santa Cristina do Pinhal estes aspectos da ligação da localidade com Porto Alegre, através do rio dos Sinos e do seu porto fluvial localizado neste lugar. Esta ligação foi fundamental para o crescimento inicial do povoado ao longo do século XIX.

Tem-se em Lando (1980) e em Fischer e Gertz (1998) subsídios para salientar a participação dos imigrantes alemães na política gaúcha e a importância dos teutos para a economia estadual, justificando, assim, o aumento de influências de cidadãos teuto-brasileiros no cenário político-econômico gaúcho. Santa Cristina do Pinhal recebeu imigrantes alemães a partir de 1846 e estes compõem seu quadro social.

No que tange à história regional, busca-se em Magalhães (2003) minúcias sobre a questão da formação da região pesquisada, além de detalhes de aspectos de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo. Serão tratados mais aspectos como localização e frente de expansão.

Foram utilizados também, artigos encontrados em Raízes de Taquara (2008) que fornece dados relativos à história de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara os quais salientarão a importância da história local pelos seus habitantes. Além dessa, há outros trabalhos e artigos importantes porque esses aspectos são os que compõem a própria localidade.

Ao que se refere à estrutura, a pesquisa está dividida em três capítulos, nos quais se procurou demonstrar a trajetória social da paróquia de Santa Cristina do Pinhal. No primeiro capítulo apresentamos a sua localização, geografia, a presença do rio, Taquara do Mundo Novo, produção agrícola e seguimos falando da ligação da comunidade de Santa Cristina do Pinhal com a cidade de Porto Alegre e também conceituamos a colônia do Mundo Novo e a ligação com a história social.

No segundo capítulo procurar-se-á analisar, as leis de autorização de construção da capela católica e do município de Pinhal, bem como a genealogia da população que comprova a existência de famílias formadas por imigrantes alemães na localidade, suas profissões e religiosidade.

No terceiro capítulo, é apontada a influência da Igreja como referência na comunidade através de seus festejos que permanecem firmes desde o início do século XIX até a atualidade. E ainda procuramos nos acontecimentos históricos

perceber por meio das fontes analisadas como ela se manifestou durante a perda da autonomia política do município.

2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

Para falar da formação do município de Santa Cristina do Pinhal é necessário inserir o assunto no processo de imigração ocorrido no Brasil.

Nos séculos XVIII e XIX, os alemães deixaram a Europa em massa. Muitos migraram para a América do Sul, especialmente para o Brasil, Austrália e África do Sul. Os fatores que ocasionaram esta imigração são de ordem econômica, política ou religiosa.

No século XIX, a situação agrária levou a libertação do campesinato na Alemanha, separando o camponês da terra. Com o aumento nos preços dos cereais, o pequeno agricultor viu-se empobrecido e a saída foi vender a propriedade aos antigos donos e emigrar, ou então trabalhar como diarista ou bóias-frias.

Outros fatores que contribuíram para a imigração foram a eliminação das terras comunitárias e os direitos de uso do solo alheio, aliados ao alto custo de vida e os salários praticamente congelados, levaram ao empobrecimento da população que, no entanto foram tentar a sorte em outra região. Mas não foram só os pobres que migraram, pessoas de outras classes sociais também buscavam saídas para concretizar seus ideais.

Quanto aos motivos religiosos que auxiliaram no processo de imigração, estes são incertos, mas várias denominações se dispersaram.

“A forma como se deu a imigração e a fixação dos alemães no Brasil, bem como sua convivência em sociedade, foi sobre o enfrentamento de muitos obstáculos”.[1] Os imigrantes viajaram em navios e durante estas viagens, eram submetidos a maus tratos. Faltava água, comida e remédio. Viajavam nos porões dos navios lotados e com pouca ventilação. Por isso morriam aos milhares.

Neste mesmo período, final do império, o governo brasileiro (ocupado por D. Pedro II), desenvolvia uma política de imigração, onde buscava povoar os espaços geográficos vazios demarcando a posse da terra, a qual era motivo de disputas entre portugueses e espanhóis.

Os interesses do governo brasileiro em trazer imigrantes não-ibéricos eram diversos: ocupar terras fronteiriças, mão-de-obra para trabalhar nos cafezais de São

---

[1] FISCHER, Luís A. e GERTZ, René... (coords). [et al]. **Nos os teuto-gaúchos**. A trajetória de integração do imigrante alemão. 2ª ed. – Porto Alegre Universidade/UFRGS, 1988.

Paulo, havia muita terra devoluta, era necessário povoá-la para que tivesse posse de fato das mesmas. Outro motivo seria fazer o branqueamento da raça, uma vez que a maioria da população brasileira era negra, indígena e mestiça, pouca era a população branca.

O Brasil teve expressiva concentração de imigrantes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Em outros estados os imigrantes neste período eram em menor número.

Após a Independência do Brasil, os imigrantes alemães formaram o batalhão de Infantaria “Voluntários da pátria” fazendo a defesa do território contra a Coroa portuguesa.

Então se vê, que os imigrantes serviram para várias frentes, mas o principal objetivo era a colonização agrária e neste contexto concentramos nossa análise ressaltando que os imigrantes foram instalados e faziam frente aos latifúndios, garantindo a posse e a defesa territorial.

A colonização no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, se deu em terras públicas por iniciativa do governo brasileiro ou provincial ou por companhias particulares de colonização. O objetivo era implantar pequenas propriedades agrícolas produtoras de alimentos.

Os agricultores se instalaram em lotes de terras demarcados ao longo das linhas coloniais. Muitos foram os problemas que os colonos encontraram. O lote que cada família adquiria era insuficiente. O que levou à mobilidade da população teuto-brasileira para outros estados.

A colonização pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul teve início com a colônia alemã de São Leopoldo criada em 1824. Foi iniciativa da Coroa Imperial Brasileira e desenvolveu-se a partir da pequena propriedade agrícola, ou seja, uma política de imigração e colonização.

A colônia alemã de São Leopoldo foi modelo econômico para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e ainda nos países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Este modelo econômico era uma organização social denominada “linha ou picada” situadas em terras ao longo dos rios navegáveis, onde o rio foi utilizado em todo o período de implantação e expansão das colônias. O idioma, os costumes e as tradições alemãs foram conservados no novo ambiente. As necessidades dos imigrantes quanto às estradas, pontes, moinhos, educação e religião eram atendidas pelo trabalho comunitário dentro das picadas. Havia a

“venda” casa comercial para onde o agricultor levava os excedentes da produção e adquiriam os produtos não produzidos na colônia. “A colonização alemã impulsionou a formação social agrícola no Rio Grande do Sul e o comércio com a capital”.[2]

O excedente da produção da colônia era levado via navegação fluvial pelos rios Jacuí, Caí, e Taquari para Porto Alegre, este exportava via Lagoa dos Patos e Rio Grande. Neste período cabe lembrar que o Rio Grande do Sul atendia os interesses e necessidades do mercado interno brasileiro. Neste contexto também se desenvolvia, ao longo do século XIX a localidade de Santa Cristina do Pinhal.

A cultura, fazia parte da sociedade alemã, prova disso eram os almanaques publicados uma vez por ano. Os publicados no Rio Grande do Sul apresentavam um resumo dos acontecimentos nacionais e internacionais ocorrido no último ano. Os almanaques tiveram circulação nos anos entre 1855 e 1941. Seu objetivo era integrar a história cultural dos leitores de origem e de fala alemã. Este manual atingia a população em massa com informações, entretendo, contribuía também, para a formação intelectual do leitor. Era composto pelos mais variados assuntos: calendário, texto, utilidade pública, miséria, política, ciências, religiosidade, fotografias etc.

Seus principais leitores eram os colonos que viviam na zona rural. Utilizavam-no como manual para a época certa do plantio e da colheita de cada cultura. Informava sobre a Alemanha e notícias diversas. O “kalender” era um manual do “bem viver” na colônia alemã.

No aspecto econômico, pode-se dizer que, entre as muitas comunidades que tiveram um impulso de desenvolvimento a partir da colonização alemã encontra-se Santa Cristina do Pinhal.

A localidade de Santa Cristina do Pinhal fora ocupada primeiramente por luso-brasileiros e mais tarde, em 1846, agregou à sua população esses colonos alemães e seus descendentes que contribuíam para a sua expansão econômica.

Administrativamente, Santa Cristina do Pinhal era um distrito que pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, ora a Porto Alegre ora a São Leopoldo, sendo que a este último pertenceu de 1864 até 1880, quando passou a ser vila, tornando-se sede de município.

---

[2], LANDO, Aldair Marli. et al. **Imigração & colonização.** Org.José H. Dacanal e Sérgios Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. 280p. (Séria Documenta,). p.96.

Segundo Bischoff[3], “Pinhal começou sua campanha para o progresso de povoado ou arraial, depois de 1813 [...]”. Nota-se que a localidade já era reconhecida antes da chegada dos imigrantes alemães.

Com base fundamentada nos documentos pesquisados como “inventários”, encontra-se em 1871 a localidade de Pinhal pertencendo a São Leopoldo, o que indica que as mudanças ocorriam de acordo com a vontade e a necessidade política da época.

> Em 1846, em Taquara do Mundo Novo, Tristão José Monteiro, passa a lotear terrenos para imigrantes alemães. Ainda que o governo tivesse extinguido o incentivo à vinda deles para o Brasil, os alemães chegavam atraídos pelas propagandas feitas pelos parentes[4]. (SILVA, 2008, p. 50)

Santa Cristina do Pinhal é uma localidade que teve nos seus primórdios habitantes de origem luso-portugueses, mas na sua maioria absoluta foi colonizada por imigrantes alemães, como relata Koliver[5] (SN), em Pioneiros do Mundo Novo o nome das famílias que habitaram Santa Cristina do Pinhal no período entre 1847-1892.

Registraremos no presente trabalho apenas um descendente de cada família, no intuito de informar a existência da família alemã em Santa Cristina do Pinhal.

Krupp, Felipe. Agricultor nasceu... 1958, no Pinhal; casou no Pinhal com Catarina Fülber (f. de Eduardo F e Ana Sibila Seckler). Residentes em Santa Cruz do Pinhal.

Ludwig, Frederico. Agricultor. Nasceu em Bom Jardim, faleceu em Santa Cristina do Pinhal. Casou com Ana Ferdinanda Cunha, Católica.

Michel ou Michels, Carolina. Descendente de Pedro Nicolau, pedreiro, católico. Ela nasceu em 1841, em Birkenfeld; casou em 26.10.1862, em São Leopoldo, com Jacó Schnedger, de Hessen / Darmstadt, (f. de Henrique Sch. e Ana Maria Wüst).

---

[3] BISCHOFF, Marcelo Belmiro. **A construção do espaço urbano na região de Porto Alegre: Um estudo das localidades do Pinhal e Capela de Santana.** Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2000. (p. 76).

[4] SILVA, Eloísa Elena da. **Parobé: Desvendando sua História**. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura Plena em História – FACCAT. Taquara. 2008. (p.50).

[5] KOLIVER, Isete Maria. **Pioneiros do Mundo Novo.** Genealogia dos primeiros habitantes de Taquara. S.N.

Müller, João Carlos, (f. de lavrador católico), nasceu em 26.11.1848, no Mundo Novo; casou em 03.09.1871, em Santa Cristina do Pinhal, com Maria Luisa Hirt (f. de João Carlos H. e Maria Elisabeth Renner).

Nunes de Oliveira, Joaquim, lavrador, católico, nasceu em 1816, em Santo Antonio da Patrulha, (f. de Joaquim Antonio Nunes e Genoveva Maria de tal), casou em Gravataí, com Maria Teresa Dias, do Pinhal, (f. de Davi Pereira D. e Isabel Rosa ou Merenciana de Jesus).

Petzinger, Henrique Jorge, nasceu em 25.05.1821, em HAMBURGO; casou em 07.12.1843, em São Leopoldo, com Catarina Herzemberger, católica, nascida ...1824, em Sauerschwabenheim / Rheinhessen faleceu no Mundo Novo (f. de Gabriel H. e Ana Maria Cristina Schäfer). Pohlmann, Felipe Guilherme. (descendente de carpinteiro evangélico) nasceu em... 1844, em Bom Jardim; casou em 29.07.1871, no Mundo Novo, com Catarina Elisabeth Eltz (f. de Henrique e Maria Elisabeth Becker). Felipe faleceu no dia 28.02.1915, em Santa Cristina do Pinhal

Puls, Jacó. (descendente de lavrador evangélico), nasceu no Pinhal; casou 21.09.1918, em Taquara, com Ana Catarina Meinhardt (f. de Guilherme M. e Maria Arnold).

Renck, João Felipe, nasceu a 27.07.1828, na Capela de Piratini, faleceu em 09.04.1904, em Santa Maria do Mundo Novo, (descendente de agricultor, negociante e proprietário de engenho, evangélico); casou (I) em 18.02.1854, em Hamburgo Velho, com Maria Muller, (f. de Francisco M. e Guilhermina), de quem se separou após cinco meses (esta separação da primeira esposa consta das anotações de Anibaldo Renck); casou-se (II) ... 1858, com Maria Elisabeth Scherer (nascida a 21.09.1833, em Werlan / Hunsrück, falecida em 03.10.1878., em São Leopoldo, (f. de Pedro Sch. E Carlota Becker), viúva de Jacó Schmitt. De acordo com as anotações da família Renck, João Felipe usava barba para disfarçar uma cicatriz que tinha no rosto; consta nestas anotações, ainda, ter ele integrado o primeiro conselho de cidadãos de Santa Cristina do Pinhal.

Schein, Maria Elizabeth, (descendente de carpinteiro católico), nasceu em 01.11.1853, no Mundo novo; casou em 02.06.1873, no Pinhal, com Adão Augusto Müller (f. de João Adão M. e Maria Elisabeth Weeck).

Schilling, Frederico Guilherme, (descendente de imigrantes evangélicos), nasceu em 30.09.1877, em Fortaleza do Mundo Novo; casou... Com Guilhermina Elisabeth Falkenberg. Residentes no Pinhal, no local denominado “Mineiro”.

Schmitt, Paulo, (descendente de sapateiro e lavrador evangélico). Nasceu em 13.03.1850, no Mundo Novo; casou (I) em São Leopoldo, com Catarina Jost (f. de Pedro J. e Gertrudes Glaser), casou (II) 16.01.1884, no Pinhal com Catarina Willerich ou Willrich (f. de Carlos W. e Catarina Petry).

Em alguns casos não se encontrou maiores detalhes de familiares de alguns indivíduos, então segue lista de nomes avulsos encontrados:

Justiniano Cabral de Melo; Pompeu Emílio Pires Martins; Antônio Gonçalves de Castro; Augusto Machado de Torres; José Lopes de Abreu; Felisberto Cândido Ribeiro; Bertolino Inácio de Souza; Erotides Martins Gonzaga.

Analisando o oficio dos colonizadores da localidade pinhalense, nota-se a existência das profissões de agricultor e de lavrador. Estima-se que a primeira tratava do homem que plantava e cultivava a terra, enquanto que, a de lavrador seria exercida por pessoa de melhores condições financeiras proprietária de arado e junta de bois que alugava seus serviços para o dono da terra. Também havia outros ofícios como sapateiro, carpinteiro, pedreiro, negociante, e proprietário de engenho. Quanto à religião havia evangélicos e católicos em números equivalentes.

Entre os registros há a descendência lusa e espanhola.

Família luso-brasileira numerosa. Pereira Dias, Maria José. Descendente de lavrador católico Nasceu em 1848 no Pinhal; casou com José Maria de Leão (F. João Antônio de Jesus e Umbelina Maria Trindade). Residentes em Hamburgo Velho.

Os Rangel igualmente compunham uma família numerosa, brasileira com espanhol. Rangel, Silvina, nasceu a 02.12.1867, no Pinhal, sendo seus padrinhos de batismo, João Martins Philereno e Francisca Cândida Martins.

Estas informações permitiram traçar o perfil social de formação e colonização de Santa Cristina do Pinhal.

No entanto o governo federal não foi o único agente na colonização do nordeste do Rio Grande do Sul. Em algumas regiões a tarefa de assentar famílias de imigrantes europeus em terras não colonizadas ou não produtivas dentro da economia da época também ficou a cargo de proprietários de sesmarias.

Em Taquara, como já citado, o responsável pela venda dos lotes era Tristão José Monteiro. Dono de grandes áreas na zona de São Leopoldo, ele comprou a sesmaria de Antônio Borges de Almeida Leães.

Tristão veio para cá com a intenção de colonizar. Era agrimensor por profissão. Tratou logo de demarcar os terrenos de 48 hectares.

Em 4 de setembro de 1846,[6] a colônia do Mundo Novo estava pronta para ser ocupada. Faltava apenas encontrar os colonos que povoariam as margens dos taquarais do rio dos Sinos. Missão que não foi muito difícil para um homem bem informado.

Cerca de duas décadas antes, a imperatriz Leopoldina havia tentado estabelecer imigrantes alemães no sul do Brasil para produzir linho-cânhamo (fibra vegetal utilizada na manufatura de tecidos). O projeto tinha fracassado porque a planta não se adaptara ao clima local. Os alemães ficaram desolados.

Foi no meio desse "naufrágio" que Tristão lançou seu "salva-vidas". Acenando com um preço acessível por lote (300 mil réis) e solo fértil, o sesmeiro conseguiu vender lotes de terras para centenas de imigrantes da colônia de São Leopoldo. As primeiras sete famílias chegaram no dia 7 de setembro de 1846.

Durante os primeiros anos, os agricultores procuravam trabalhar em sistema de mutirão para evitar o ataque dos antigos donos da terra, os índios que habitavam a região. [7]

Não foram necessárias mais que algumas visitas às antigas colônias para que os moradores do Mundo Novo atraíssem novos interessados nos lotes reservados aos colonizadores. Dez anos depois, aproximadamente 400 famílias já moravam em Taquara do Mundo Novo, atualmente, Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Gramado e Canela. Dali integrante destes grupos pioneiros sairiam mais tarde para estabelecer as primeiras raízes dos municípios de Canela e Gramado.

As famílias alemãs Ritter, Lahm, Schirmer e Krumennauer e uma família italiana, Raimundo, foram as que fundaram a Colônia do Mundo Novo.

Em 24 de setembro de 1880, foi instalada a primeira Comarca de Taquara, sendo distrito criado pela lei Provincial nº. 1568, de 17 de abril de 1886, sendo instalado a 7 de janeiro de 1888.

Neste mesmo período Santa Cristina do Pinhal constituía um povoado ligado ao de Taquara do Mundo Novo, o qual certamente se insere neste fato relatado pelo

---

[6] REINHEIMER, Dalva. **Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo** / organizadora, Dalva Reinheimer – Taquara: FACCAT, 2005.

[7] Para saber mais detalhes sobre os índios ler Engelmann, 2004.

motivo de que a história omitiu e não registrou alguns dados de Santa Cristina do Pinhal. Este aspecto será analisado posteriormente neste trabalho.

Quanto à história de desenvolvimento econômico de Santa Cristina do Pinhal, esta está ligada diretamente ao rio dos Sinos.

O rio dos Sinos teve fundamental importância no desenvolvimento das colônias de imigração alemã ocorridas em sua área. Em relação aos aspectos físicos ele nasce no município de Caraá, na Serra Geral, a 600 metros de altitude, e tem uma média de 190 km de extensão até a sua foz, no delta do Jacuí. [8]

A área geográfica do rio dos Sinos abrange a linha de divisa das águas, entre o Rio Caí e o dos Sinos, a oeste, até os últimos contrafortes da Serra do Mar a leste, no município de Santo Antônio da Patrulha, entre a Depressão central, ao sul e Nova Petrópolis, ao norte. Estabelecendo como centros os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Compõe seus principais afluentes no lado esquerdo, arroios entre os morros que constituem os divisores das águas entre as bacias do rio dos Sinos e do Gravataí. No lado direito os afluentes são os rios Rolantes, da Ilha e Santa Maria, contendo subafluentes e arroios. Estes rios e córregos foram propícios para a instalação e surgimento das primeiras vilas coloniais como São Leopoldo que surgiu na área das bacias dos rios Sinos e Gravataí em 1824 pelos imigrantes alemães.

Esses rios foram ainda importantes como via de transportes, escoando a produção da colônia e consequentemente impulsionando a economia agrícola que entre as décadas de 1824 a 1850 passou a desenvolver também as atividades dos ramos secundário e terciário e consequentemente inseriu-se na evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O espaço onde nasceu a vila de São Leopoldo no ano de 1824 teve inicialmente um lote de terra entregue ao emigrante alemão Ignaz Rasch, que ficava junto ao Passo da Olaria que por sua vez pertencia à antiga Estrada das Tropas que desciam do planalto central em direção a São Francisco de Paula, Taquara do Mundo Novo, Santo Antônio da Patrulha, pelas terras banhadas pelo rio Jacuí e outros rumo à capital da Província

Após a colonização do curso médio do Vale do rio dos Sinos, a movimentação nesta estrada cresceu bastante. Foram instaladas casas comerciais.

---

[8] COLE, Eliane. **Sinos avança e mudam seus tons**. Comitesinos especial. São Leopoldo: Grupo Editorial Sinos, 04 abr. 1998, (p.80). In: REINHEIMER, 2010.

Outros colonos vieram se estabelecer no local, que se tornou um ponto comercial formando a futura sede da colônia de São Leopoldo.

Com o desenvolvimento da agricultura no Passo, surgiu a necessidade da melhoria da navegação. Nos anos de 1850 a 1858, a produção aumentou em 30% em relação ao feijão, 50% à farinha de mandioca, 100% ao milho, demonstrando o crescimento das exportações dos produtos agrícolas.

Por volta do ano de 1860, quando a área já estava desenvolvida, o rio dos Sinos era visto como "um dos mais importantes da Província em função da exportação dos produtos coloniais de São Leopoldo para Porto Alegre". [9]

As embarcações cruzavam o rio dos Sinos, carregando e descarregando, no Porto das Telhas ou então no porto fluvial de São Leopoldo[10], os produtos da colônia de São Leopoldo que iam para Porto Alegre de onde os barcos retornavam com artigos necessários para a colônia.

Apesar da linha de navegação regular existente entre São Leopoldo e à capital, o rio dos Sinos apresentava alguns obstáculos que atrapalhavam a navegação, sendo navegável apenas em um trecho de "14 léguas".

> [...] Existem porém alguns lugares que dificultavam a marcha regular dos navios empregados nesta importante navegação; entre os quais apontaremos as voltas do Alfaiate e Caldeira. Existem trabalhos relativos ao melhoramento destes lugares[11].

A partir do ano de 1870, cresceram as exportações dos produtos derivados da suinocultura. A geografia da área beneficiava a economia, o que propiciou o surgimento e desenvolvimento da vila de São Leopoldo em um local de fácil comunicação com os centros coloniais que se desenvolveram junto ao curso do rio e com a cidade de Porto Alegre.

---

[9] **Exploração de Rios, Lagos e Bahias**, da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Enviado ao presidente da Província, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, pelo Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos. Alto Uruguay, 26 de maio de 1862. Anexo ao relatório / fala do vice-presidente da Província de 1867. A.L.E. – S. C. In: REINHEIMER, 2010, (p. 37).

[10] PETRY, 1964. Na página 7 há referência ao movimento nos portos do rio dos Sinos, em São Leopoldo, desde o início da colonização.

[11]. **Exploração de Rios, Lagos e Bahias**, da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Enviado ao presidente da Província, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, pelo Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos. Alto Uruguay, 26 de maio de 1862. Anexo ao relatório / fala do vice-presidente da Província de 1867. A.L.E. – S. C. In: REINHEIMER, 2010, (p. 38).

Santa Cristina estava ligada a São Leopoldo enquanto fornecedora de produtos agrícolas através de seu porto fluvial, sendo que o destino final desta produção era a cidade de Porto Alegre.

A capital gaúcha muito contribuiu para o desenvolvimento econômico de Santa Cristina do Pinhal, uma vez que esta estava inserida na colônia de São Leopoldo. Porto Alegre receptava seus produtos ao mesmo tempo em que enviava para a colônia manufaturados que a colônia necessitava.

Na metade do século XVIII, junto ao Guaíba, nasceu o município de Porto Alegre, com acesso pelo rio Jacuí, Lagoa dos Patos e Oceano, para as regiões do Rio Grande do Sul, outras regiões do Brasil e com os países do Prata.

Esses rios que desembocavam na vila de Porto Alegre tornavam a região um local privilegiado.

A instalação dos imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo em 1824, deu maior utilização e importância à comunidade de Porto Alegre com as regiões banhadas pelo rio dos Sinos.

A capital do estado gaúcho despertou o olhar para o aproveitamento da hidrografia no transporte de mercadorias vindas das colônias o que impulsionaria o comércio e a industrialização. Desde o século XIX, era visível a importância comercial da cidade porto alegrense.

Porto Alegre receptava mercadorias vindas das colônias circundadas pelos rios Jacuí, Caí, Gravataí e do Vale do Taquari.

A capital recebia os produtos de Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Gravataí, Viamão, Rio Pardo, Santo Amaro, Taquari e Cachoeira. A partir dali, parte da produção era enviada para o mercado da capital e o restante era comercializada em outras regiões e exportada via Lagoa dos Patos pelo Porto de Rio Grande.

Conforme Reinheimer[12], “A atividade comercial reuniu em determinados locais os estabelecimentos de arrecadação e comercialização que propiciou um aumento populacional junto ao porto”. O que deu a Porto Alegre um núcleo urbano.

Em 1820 a vila de Porto Alegre sentiu o declínio no valor e na quantidade da exportação do trigo, seu principal produto. O que ocasionou a redução no seu crescimento populacional e desenvolvimento.

---

[12] REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República velha gaúcha.** São Leopoldo: Oikos, 2010. (p.48).

As cidades do Sul: Rio Grande e Pelotas que viviam uma época farta com a produção e a exportação de produtos pecuários sucumbiram Porto Alegre.

No entanto, Porto Alegre era dotado de prestígio político e foi elevada a categoria de cidade em 1822.

É necessário fazer a análise de Porto Alegre através do transporte hidroviário, pois era esta a ligação com Santa Cristina do Pinhal. E no período na região de colonização era o mais utilizado, em muitas áreas, até 1875, ano da instituição da via férrea, era a única via de comunicação e transporte.

A partir de 1850, a ligação fluvial com o interior despertou novamente sua economia. Uma favorável, foi a agricultura desenvolvida nas colônias de imigração alemã nas proximidades dos rios dos Sinos, Caí, Taquari e Jacuí que se interligavam com o Guaíba. Essas colônias agrícolas até 1840, produziam gêneros para a subsistência. Nesse período passou a fazer investimentos nas culturas de exportação, em especial o trigo que era o produto comerciável por Porto Alegre. A partir de 1860, outras culturas davam resultados lucrativos. Nesse período Santa Cristina do Pinhal era fornecedora de farinha de mandioca e possuía grande número de atafonas.[13]

Entre esses produtos tem-se liderando o primeiro lugar dos produtos de exportação, o milho, que foi um importante produto colonial também no consumo interno em forma de grão ou de farinha. Desde o início da formação da colônia de São Leopoldo, ele fora cultivado e, entre os anos de 1849 a 1853, três quintos de sua produção era absorvida pelo mercado de Porto Alegre.

Outra cultura produzida na área do rio dos Sinos e na área do Caí, foi o feijão-preto, as terras de mata, fácil exportação e o preço sugestivo, contribuíam para seu rendimento.

Dentre os produtos coloniais que serviam à exportação estão a farinha de mandioca, a banha de porco e o arroz.

Veremos a seguir alguns exemplos do ano de 1896, de como ocorria a exportação desses e de outros produtos, desde a produção na colônia até sua chegada na capital gaúcha via fluvial dos rios dos Sinos, Caí, Taquari e Jacuí feito por empresas de navegação:

---

[13] Atafonas eram casas de engenho com maquinário próprio para o processamento da mandioca em farinha e com esta produzia-se o polvilho e bolachas (biju) para o exército.

Tabela 16

1: [14] Exportação de produtos 1896.

EXPORTAÇÃO	
Local: São Leopoldo - Sociedade de Navegação São Leopoldo	
Produto	Quantidade
Farinha... (milho, mandioca)	19.200 sacos
Feijão	150 sacos
Sabão	3.000 caixas
Fósforos	3.160 latas
Polvilho	30 sacos
Vinagre	4.000 barris
Louça de barro	200 engradados
Licores	600 caixas
Ovos, aves, manteiga.	100 volumes
Total de produtos 3.568 kg	

A tabela mostra que as culturas agrícolas no final dos anos 1800, já era fato real. Também manifesta que São Leopoldo, vendia seus produtos para a capital: farinha de trigo, louças, bebidas e feijão. Os produtos coloniais vinham de Santa Cristina do Pinhal porque esta constituía uma área produtora.

Da capital para o interior eram enviados os produtos a seguir:

Tabela 2: [15]Produtos transportados pelas vias fluviais, 1896.

Produtos transportados pelas vias fluviais, 1896.	
Para: São Leopoldo – Sociedade de Navegação São Leopoldense	
Produto	**Quantidade**
Açúcar	600 sacos
Farinha de trigo	2.000 sacos
Telhas de barro	1.000 sacos
Cal	400 barricas
Louça	300 volumes
Café	300 sacos
Ferro e latão	1.500 caixas
Diversos artigos	100 volumes

De acordo com as tabelas, eram enviados para as colônias os produtos que estas não produziam. O que é justificado pelo fato de que as transações comerciais das companhias de navegação particulares aconteciam no porto da capital que centralizava a distribuição da produção, de onde seguiam pelos rios conhecidos.

[14] Tabela elaborada a partir de dados de Relatório Apresentado pela 3ª Diretoria de Estatística em 15 de julho de 1897. Anexo ao relatório da Secretaria do estado dos Negócios das Obras Públicas de 30 de julho de 1897. Diretor geral da Secretaria Cel. Aurélio Veríssimo Bitencourt. Diretor João Pereira Gomes. In REINHEIMER, 2010. (p.168/218)

[15] Idem, (p.168/218.)

Este comércio de Porto Alegre fazia a intermediação entre as colônias que conforme as necessidades trocavam os produtos entre si.

Os pontos de chegada e saída das embarcações que faziam o transporte eram as localidades ao longo do rio dos Sinos. Os portos desenvolviam o comércio com as “vendas” existentes nas “linhas” ou “picadas” coloniais. Os armazéns e os depósitos situavam-se junto aos portos e pertenciam aos proprietários das companhias de navegação e de embarcações.

O agricultor levava seus produtos até a “venda” local, o vendeiro por sua vez conduzia de carroça ou em pequena embarcação os produtos até o porto ou depósito, de onde trazia a mercadoria necessária que não era produzida na colônia e “bricava” com os agricultores.

A partir da década de 1860 com o aumento das exportações agrícolas, Porto Alegre recuperou sua economia. Soube aproveitar sua posição histórica e geográfica propícia ao comércio.

Outra contribuição ao desenvolvimento econômico da capital encontrada em Reinheimer[16], deve-se ao fato de que as exportações das áreas servidas por rios navegáveis foram as que encontraram maior facilidade através da rede fluvial. O qual sugere a precariedade dos transportes e salienta a importância do transporte fluvial para o crescimento econômico da região centro-norte do estado gaúcho.

Desta forma Santa Cristina do Pinhal na relação comercial com Porto Alegre também encontrou desenvolvimento.

No final do século XIX, constitui-se em Porto Alegre um conjunto de casa de comércio para importação e exportação de produtos agrícolas e manufaturados.

A Rua Voluntários da Pátria no último quartel do século XIX, já contava com depósitos e trapiches, os quais recebiam barcos com mercadorias tanto coloniais como vindas de navios estrangeiros. Esta mesma rua, algum tempo depois, recebeu a estrada de ferro.

A seguir veremos como se davam as ligações entre o interior e Porto Alegre.

A firma de importação E. Dreher & Cia. fundada em 1879 na capital, em 1904 negociava com a casa de Júlio Petersen & Cia., de Taquara (ex-colônia do Mundo Novo) Reinheimer[17] diz que as mercadorias eram adquiridas a “dinheiro” e

---

[16] REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República velha gaúcha.** São Leopoldo: Oikos, 2010. (p.59).
[17] Ibidem, p. 60

“sem desconto“, seguindo por “conta e risco” do comprador pelo Vapor Mundo Novo. O comércio de Taquara recebia produtos diversos.

Esse exemplo citado mostra alguns aspectos desse comércio. A localização das casas comerciais de importação que negociavam com o interior, permitia usar a via fluvial e mais tarde, também a via férrea. Uma variedade de produtos importados adquiridos na colônia como a banha, o peixe enlatado que chegavam à Taquara depois de comercializados em Porto Alegre.

Somado a integração da economia imigrante na economia gaúcha, a conexão de distribuição e consumo entre as duas regiões através de Porto Alegre foi o “pontapé” inicial e triunfante para que a agricultura da região centro-norte alcançasse o mercado nacional o que foi significativo para o desenvolvimento do interior e da capital. No entanto, o transporte apresentava dificuldades no século XIX. O transporte hidroviário foi o mais usado no Estado até a chegada das vias férreas.

A seguir faremos uma análise mostrando de que maneira ocorriam as ligações pelo transporte hidroviário no Rio Grande do Sul, no século XIX. O período exemplificado serão as décadas de 1860 e 1890. Iniciamos relacionando as companhias de navegação ou embarcações, bem como a linha hidrográfica em que operavam fazendo as ligações entre as regiões. Segue a tabela referente:

Tabela 3: [18] Anos 60 – século XIX

Cia. De Navegação ou embarcações	Linhas em que operavam	
	de	Para*
Cia. Jacuhy – Controlada pelo governo provincial, operava com 6 vapores, nas linhas...	Porto Alegre	Rio Pardo
	Porto Alegre	Cachoeira
	Porto Alegre	Taquari
	Porto Alegre	Caí
	Porto Alegre	**São Leopoldo**
	Porto Alegre	Ilhas do Guaíba
	Porto Alegre	Barra (R. Grande)
	Porto Alegre	Taquari
Cias. Particulares	Porto Alegre	Caí
(ex: Cia Brasileira)	Porto Alegre	**S. Leopoldo**
Antônio Diehl, Decker...,	Porto Alegre	Rio Pardo
Operavam nas linhas...	Rio Pardo	Cachoeira

*Com parada nos portos intermediários.

[18] Tabela elaborada a partir de dados extraídos do Relatório Apresentado pela 3ª Diretoria de Estatística em 15 de julho de 1896. Anexo ao relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas de 1897. In: REINHEIMER, 2010. (p. 63).

Tabela 4: [19] Anos 90 – século XIX

Cia. De Navegação ou embarcações	Linhas em que operavam	
	de	**Para***
Cia. Arnt de Navegação	Porto Alegre	Taquari
Soc. Jacob Becker & Cia.	Porto Alegre	São Lourenço
Cia do Arroio do Meio	Porto Alegre	Arroio do Meio
Cia. Montenegrina	Porto Alegre	Montenegro
Soc. Adão Hoff & Cia.	Porto Alegre	Barra(Pedras brancas)
Soc. Nav. S. Leopoldense	Porto Alegre	Lajeado
Lloyd Colonial	Porto Alegre	São Leopoldo
Cia. Fluvial	Porto Alegre	Estrela
Vapor Taquara	Porto Alegre	Caí
Vapor Mundo Novo	São Leopoldo	**Taquara**
Cia. Gortheland (estrang.)	Porto Alegre	**Taquara**
Cia. José Gibert e Barroso (Argent.)	Pelotas/Rio Grande	Montevidéu
Raupp & Cia.	Rio de Janeiro	Rio Grande
Vapores – Neptuno e Ibicuy	Pelotas Alto Uruguai	S. Vitória do Palmar

*Com parada nos portos intermediários.

As linhas de navegação evidenciam que Porto Alegre detinha o monopólio sobre as diferentes áreas do interior e que existiam ainda outras ligações entre as regiões agrícolas e demais localidades do Rio Grande do Sul que se realizavam de forma indireta através do porto da capital. Observamos também que a região sul do Estado, através do Porto de Rio Grande, estabelecia ligação com a capital, países do Prata e o centro do Brasil. Notamos que os percursos obedeciam a uma geografia regional, com linhas entre Pelotas e Santa Vitória do Palmar e outra no Alto Uruguai.

Observando as tabelas 2 e 3 as quais se referem à economia do Rio Grande do Sul percebe-se que até a década de 1870 não havia ligação direta entre a região do centro-norte agrícola e a zona sul pecuarista e que só após esse período, o Rio Grande do Sul passou a contar com a estrada de ferro, no entanto, as raras linhas atuantes não estavam integradas, mas dirigiam-se para Porto Alegre.

Como já foi dito, a capital gaúcha nos anos 1850 a 1900 foi a responsável pelo desenvolvimento agrícola e comercial[20] da região centro-norte sulina, recuperando a importância econômica e o crescimento demográfico, fatores que a

[19] Tabela elaborada a partir de dados extraídos do Relatório Apresentado pela 3ª Diretoria de Estatística em 15 de julho de 1896. Anexo ao relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas de 1897. In: REINHEIMER, 2010. (p. 63).
[20] SINGER, 1977. In: REINHEIMER, 2010. (p. 64).

fez superar as potentes cidades de Rio Grande e Pelotas exercendo um papel integrador.

O excedente de produção comercializado com Porto Alegre, através do porto e da via fluvial do rio dos Sinos, propiciou o desenvolvimento da localidade de Santa Cristina do Pinhal que também tinha um importante porto fluvial, o qual era uma referência para a comunidade. A partir da localização e movimento econômico que o porto gerava para a localidade foi o que deu suporte para a construção da capela católica.

Uma vez caracterizada a situação econômica que propiciou o desenvolvimento de Santa Cristina do Pinhal através da ligação com Porto Alegre, vamos conceituar geograficamente este espaço.

Para analisar a trajetória histórica da capela é necessário ressaltar o entrosamento que havia entre as localidades de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo.

Santa Cristina do Pinhal era conhecida, em seus primórdios, como Pinhal [21]. Localizada à margem esquerda do rio dos Sinos, estendendo seus territórios da foz do Arroio Butiá até a divisa com Santo Antônio da Patrulha no lado leste e a de Gravataí no lado sul[22], teve sua ocupação iniciada em 1794, ano em que se encontram os primeiros indícios de ocupação européia.

Magalhães relata sobre a ocupação pioneira pinhalense bem como, da denominação oficial, conforme a citação a seguir:

> Caracterizamos a ocupação das terras de Nossa Senhora dos Anjos para o leste e nordeste do Vale dos Sinos, detectada, inicialmente, em 1794 e intensificada no século XIX, como movimento de frente de expansão, resultando na formação de um núcleo populacional. Esse núcleo, denominado de Pinhal, recebeu uma capela chamada de Santa Cristina. Da união da denominação administrativa com a religiosa resultou Santa Cristina do Pinhal. [23] (MAGALHÂES, 2003, p. 257).

---

[21] O nome “Pinhal” é justificado devido à vasta quantidade de araucárias encontradas na região. MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos.** Tese de Doutorado, 2003.

[22] ENGELMANN, Erni Guilherme, **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo.** Igrejinha/RS**:** E.G.Engelmann, 2004**,** Volume I. (p.473).

[23] MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos.** Tese de Doutorado, 2003. (p.257).

Santa Cristina do Pinhal então representava uma frente de expansão [24], sendo esse atributo decisivo para a constituição social, uma vez que teve sua população constituída basicamente por lusitanos e "na vinda de moradores expulsos de outros lugares pelas guerras de espanhóis e portugueses" (MAGALHÃES, 2003, p. 154)[25]. Incumbia a Santa Cristina do Pinhal ainda a função estratégica, de fornecimento de produtos, em especial os oriundos de atafonas, com o processamento da mandioca em farinha para a produção de bolachas para alimentar as tropas do exército e as alfaiatarias que por sua vez confeccionavam as fardas para os militares do exército.

As leis demonstram as etapas pelas quais Santa Cristina do Pinhal passou até atingir autonomia política. A primeira lei transcrita representa o início da autonomia para a localidade pinhalense com a autorização para a criação da capela católica.

Assim transcrevemos a referida lei:

LEI Nº. 96 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1847[26]

Manoel Antonio Galvão, Presidente de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sanccionei a Lei seguinte.

Artigo 1.º - Fica creada uma Capella com a invocação de Santa Cristina, no centro do 2.º Destricto do Município de São Leopoldo, no lugar denominado Pinhal a margem esquerda do Rio dos Sinos.

Art. 2.º - O Presidente da Província marcará provisoriamente os limites da mesma Capella.

Art. 3.º - Ficão derogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como nella contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de porto Alegre aos 25 dias do mez de Novembro de 1847, Vigesimo Sexto da Independencia e do Imperio.

Manoel Antonio Galvão

Carta de lei pela qual V. Ex. Sanccionou o Decreto da Aseemblea Legislativa Provincial, criando uma Capella com invocação de Santa Christina, no centro do 2.º Destricto do Município de são Leopoldo; como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

---

[24] Segundo MAGALHÃES (2003), o objetivo da frente de expansão é "limpar o terreno para depois fixar um núcleo de prosperidade e progresso (frente pioneira)". (p.18).

[25] MAGALHÃES, op. cit., p. 154.

[26] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. In:SOBRINHO, 2008.

Francisco Olinto de Carvalho a fez.

Nesta secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente Lei em 25 de novembro de 1847. – João Capistrano Miranda de Castro.

Registrada a fl. 216 v. do L. 1.º de Leis. Secretaria do Governo em Porto Alegre 25 de Novembro de 1847. – Germano Severiano da Silva.

A referida lei comprova a importância da capela para a criação jurídico-administrativa da localidade. Verificamos através desse relato, que a autorização para a construção da capela expressa autonomia política neste período quando havia uma relação entre Estado e Igreja.

Como já foi dito anteriormente, o artigo 2º dessa lei, mostra que a questão da demarcação de terras estava indefinida na região de Santa Cristina do Pinhal, sendo estabelecido que a Capela ficaria junto ao município de São Leopoldo, sendo seu 2º Distrito, porém com as divisas incertas. Assim, Santa Cristina do Pinhal demonstra a questão de indefinição de demarcação territorial e é campo de muitas modificações administrativas. Nota-se uma constante variação de divisas por pertencer a uma cidade e territorialmente estar localizada em outra, conforme se encontra em Mércio:

> Em 25 de novembro de 1847, foi criada a Capela de Santa Cristina do Pinhal, à margem esquerda do rio dos Sinos, no centro do 2º Distrito de São Leopoldo tendo a lei que a criou nº 96. A 15 de julho de 1848, por lei 138, foram traçados limites que cortavam a hoje cidade de Taquara, pela rua Júlio de Castilhos, de maneira que a parte leste da cidade ficava pertencendo ao município de Triunfo. Já a lei nº 152 de 07 de agosto do ano seguinte fazia com que a própria sede da Capela de Santa Cristina ficasse na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia[27].

Desta forma as divisas de Santa Cristina do Pinhal servem como um expressivo exemplo da questão de divisas no Rio Grande do Sul, onde as indefinições eram apenas de demonstração de força política municipal e provincial e, também, de um interesse de domínios e posses de terras por parte dos grandes fazendeiros. Magalhães[28] apresenta, assim, outro aspecto fundamental para

---

[27] MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *in* KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004**.** (p. 443/444).

[28] MAGALHÃES, In: SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do pinhal**

compreender essa peculiaridade de mudanças de pertencimento de Santa Cristina do Pinhal entre Porto Alegre e São Leopoldo, justificando o interesse desses municípios em se atrelarem com a localidade pinhalense porque ela servia de fonte de fornecimento.

A partir dessa "contenda de pertencimento", termo utilizado por Magalhães, tem-se, no processo gradativo de evolução de autonomia política pinhalense, o fato de que Santa Cristina do Pinhal se tornou Freguesia, mas não de São Leopoldo, município a que até então pertencia na qualidade de Capela[29], e sim de Porto Alegre, conforme a lei número 404 de 1857:

> **LEI Nº. 404 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1857[30]**
> ELEVANDO Á CATHEGORIA DE FREGUESIA A CAPELLA DE SANTA CHRISTINA, PRÓXIMA AO RIO DOS SINOS.
>
> O Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul etc. etc.
>
> Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sanccionei a lei seguinte:
> Art. 1.º - Fica elevada á cathegoria de freguezia a capella de Santa Christina próxima ao rio dos Sinos.
> Art. 2.º - Esta freguezia pertencerá ao município de Porto Alegre.
> Art. 3.º - As suas divisas serão provisoriamente marcadas pelo presidente da província, de acordo com o ordinario.
> Art. 4.º - São revogadas as disposições em contrario.
>
> Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella de contém.
>
> O Secretário da província a faça imprimir, publicar e correr.
> Palácio do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos dezoito do mez de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.
>
> ***(L. S.)***
> ***Ângelo Moniz da Silva Ferraz.***
>
> Na Secretaria do governo foi sellada e publicada a presente lei em 18 de Dezembro de 1857.
>
> ***José Manoel Duarte Lima***
> ***Secretario de governo.***

Observa-se na interpretação da lei, igualmente a indefinição territorial para Santa Cristina do Pinhal, e é de grande importância retratar que, nesse período, a

---

(1880 – 1892). Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2008, (P.34).

[29] O significado de capela neste momento se refere à localidade.

[30] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. Apud, SOBRINHO, 2008.

Colônia do Mundo Novo[31], localidade inserida no território de Santa Cristina do Pinhal, estava em plena ampliação produtiva, o que expressava um desenvolvimento econômico para a região. Analisando, então, a partir da Colônia do Mundo Novo, pode-se até mesmo considerar a construção da capela de Santa Cristina do Pinhal, em 1847, um ano após a fundação da Colônia, como uma forma de afirmação de tentativa de controle político-econômico da sede de Santa Cristina do Pinhal para a região.

Passados sete anos de pertencimento a Porto Alegre, Santa Cristina do Pinhal voltou a pertencer a São Leopoldo. Conservou-se, por um curto período, como distrito desse município para depois conseguir sua emancipação, conforme lei número 577, de 1864, novamente transcrevemos a lei:

LEI Nº. 577 DE 6 DE MAIO DE 1864[32]

Tomo 20.

Manda que a freguezia de Santa Christina do Pinhal fique pertencendo ao município de S. Leopoldo, formando o 6º districto.

João Marcelino de Souza Gonzaga, Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul etc. etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º - A freguezia de Santa Christina do Pinhal fica pertencendo ao município de S. Leopoldo.

Art. 2.º - Esta freguezia formará o 6º districto do município de de S. Leopoldo, e terá por divisas o arroio – Butiá – de sua barra no rio dos Sinos, seguindo por elle acima até encontrar a fazenda que foi de Manoel Fialho até o lugar denominado – Pinhalsinho, - seguindo até encontrar a sul Santa Cruz, seguindo a cordilheira dessa serra a encontrar a estrada que vai de Passo Grande para o Entrepellado, que passa pelo Fagundes e outros de Arroio Grande na Fazenda do Mineiro (limitando em Santo Antônio) e a rumo de norte mais ou menos até encontrar a barra do rio da Ilha, e por elle acima até encontrar a barra do Padilha, seguindo até a serra geral, que divide os campos de cima da serra e pela mesma até o campo de canella e d'ahi a rumo d'Esta até encontrar a cordilheira da serra do Fialho e d'ahi até encontrar o Arroio Grande da Bica, e por elle abaixo até o rio dos Sinos, onde faz sua barra.

Art. 3.º - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre aos seis dias do mez de Maio de mil oitocentos e sessenta e quatro, quadragesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

(L. S.)

João Marcelino de Souza Gonzaga.

---

[31] "Colônia do Mundo Novo" tem o mesmo significado de "Freguesia do Mundo Novo".

[32] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. Apud, SOBRINHO, 2008

Nesta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente Lei aos 6 de maio de 1864.

Augusto César de Pádua Flaury

Secretario do Governo

Com a lei de elevação à Freguesia de Santa Cristina do Pinhal, as divisas já estavam definidas, o que leva a concluir que o processo de frente de expansão, típico daquela localidade, já estava concluído, sendo que a terra passaria a ter o caráter cativo, assim como suas divisas. Assim sendo, Santa Cristina do Pinhal compôs seu território como um passo determinante para a emancipação da localidade, o que ocorreu em 1880, conforme a lei 1251:

LEI Nº. 1251 DE 14 DE JUNHO DE 1880

Doutor Henrique d'Avila, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a Lei seguinte:

Art. 3° - Fica elevada á cathegoria de Villa a freguezia de Santa Christina do Pinhal.

§1° - O município de Santa Christina do Pinhal formará com o de São Francisco de Paula de Cima da Serra a comarca de Santa Christina do Pinhal, delegando aquelle da comarca do Rio dos Sinos.

§2° - A comarca do Rio dos Sinos comprehenderá os municípios de Santo Antonio da Patrulha, N. S da Conceição do Arroio e São Domingos das Torres.

§3° - Fica separado o officio de escrivão de orphãos provedoria, capellas e residuos, do de escrivão do publico, judicial e notas no termo da Conceição do Arroio.

§4° - Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo na Leal e valorosa Cidade de Porto Alegre, aos quatorze dias do mez de Junho do anno de mil oitocentos e oitenta, quinquagesimo nono da Independencia e do Imperio.

Henrique D'Avila.

N'esta Secretaria do Governo foi sellada e publicada a presente lei aos 14 de Junho de 1880. – O Diretor Geral servindo de Secretario do Governo. [33]

Francisco Pereira da Silva Lisboa.

A emancipação de Santa Cristina do Pinhal representa não só a emancipação de uma localidade que progredia, uma vez que contava com uma

[33] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. Apud, SOBRINHO, 2008.

população de 2741 habitantes[34] nos anos de 1869/1870, mas também demonstra um processo de urbanização e de fortalecimento mercantil vinculado com Porto Alegre e São Leopoldo. Quanto à sua prosperidade, convém destacar que é de extrema importância a criação de uma comarca no local, a Comarca do Rio dos Sinos integrado também pelo litoral norte gaúcho, até mesmo com relação a Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro municípios pioneiros do Estado do Rio Grande do Sul.

Vistos todos esses aspectos, percebe-se que Santa Cristina do Pinhal estava em ascensão ante a Província gaúcha. Entretanto, a localidade não prosperava sozinha na região.

Paralelo a ela continuava a se desenvolver economicamente o povoado de Taquara do Mundo Novo, inserido no território pinhalense e que igualmente buscava sua emancipação política, o que resultaria em uma disputa política na região.

Como já foi dito, a Colônia do Mundo Novo teve seus lotes de terras vendidos para os colonos imigrantes alemães, por seu proprietário Tristão José Monteiro que fazia esse empreendimento através de financiamento com preços acessíveis para que os agricultores tivessem condições de pagar. Pode-se dizer "a principal produção do Mundo Novo era cana, feijão, milho e fumo, apresentando uma diversidade de atividades industriais e comerciais como funileiro, padeiro, curtidor, alfaiate, sapateiro, entre outras". [35] Esses fatores foram responsáveis pelo êxito econômico da localidade de Mundo Novo que se transformou em um forte núcleo comercial.

Para adentrarmos na questão de disputa política que envolvia as localidades de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, é necessário antes, caracterizar a política que se estava vivendo no momento, em nível de país e principalmente no Estado do Rio Grande do Sul.

A década de 1880 foi marcada por conflitos que enfraqueceram o poder de D. Pedro II como as questões religiosas, a militar e a abolição da escravatura. A confusão seguiu pelos anos 1890 a fora, momento em que os latifundiários tinham o controle do curral eleitoral[36]. Após a Proclamação da República, evidenciou-se a luta

---

[34] MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos.** Tese de Doutorado, 2003. (p. 159).
[35] Idem. (p. 290)
[36] FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1996, p. 29.

entre dois grupos políticos opostos – Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos que tentava expandir sua hegemonia política e os Liberais, que continuavam a sobrepor seu poderio, representado por Gaspar Silveira Martins, em torno de projetos políticos diferentes, quando disputavam o governo gaúcho que estava ocupado por Júlio de Castilhos. No seu governo não tinha espaço para a oposição, sendo que seu governo foi marcado pela violência.

Nos anos 1880, as idéias do Positivismo estavam fomentando no país. Afetaram os ideais políticos das primícias republicanas no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, por conta da característica política autoritária, conforme encontra-se em Pesavento:

> O positivismo, corrente de pensamento com conotações de autoritarismo, foi adotado como matriz de orientação político-administrativa pelo grupo que empolgou o poder, adequando-se ao esquema montado e propondo, ao mesmo tempo, soluções novas para os problemas que se apresentavam.[37]

E foi dentre esses atritos políticos que as localidades de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo se inseriram como estudaremos a seguir.

Conforme já analisado, as localidades de Santa Cristina do Pinhal e de Taquara do Mundo Novo passaram a prosperar a partir do momento em que comercializavam com Porto Alegre e São Leopoldo, e esse crescimento econômico possibilitou o surgimento de um núcleo comercial urbano em cada uma das localidades. Segundo Sobrinho [38], "esse desenvolvimento propiciou a emancipação de Santa Cristina em 1880 e, seis anos após, a de Taquara do Mundo Novo".

O mesmo autor afirma ainda que:

> [...] a política local acabava se entrelaçando com políticos pinhalense e taquarenses participando da administração através da câmara e conselhos dos dois municípios. O desfecho dessa conturbada política ocasionou o declínio de um município ante o outro. [39]

O fortalecimento da elite pinhaleira após a sua emancipação, intensificou as disputas políticas na região.

---

[37] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia".** *In*: DACANAL, José Ildebrando e GONZAGA, Sergius. **RS:** Economia e Política. Porto Alegre- RS: Mercado Aberto, 1979, p. 196.

[38] SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Pinhal (1880 – 1892).** Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2008.

[39] Idem, (p. 41).

Naquele momento em que os coronéis locais cobiçavam mais poder, Santa Cristina do Pinhal não necessitava deles para sua ascensão política, tanto foi que anexou ao seu território o município vizinho de São Francisco de Paula de Cima da Serra, além de tornar-se sede da Comarca do Rio dos Sinos:

> Em 14 de julho de 1880, art. 3° da lei 1251, Santa Christina foi desligada da Comarca de São Leopoldo e elevado a município, recebendo como distrito, além de Taquara do Mundo Novo (sic), o território de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A Câmara foi instalada no dia 8 de janeiro de 1881. Pelo Ato n° 9, de 20 de janeiro de 1883, foi designado para sede da Comarca, que foi instalada em 10 de fevereiro de 1883. Tendo o governo da Província, em 15 de março, extinto o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, lei 1750, de 15 de março de 1889, anexou o 1° distrito deste a Taquara do Mundo Novo, então, já município, e o 2° a Santa Christina do Pinhal. Mas, esteve Santa Christina, pouco tempo, na posse deste território, pois, já em 06 de dezembro do mesmo ano, o governo revogou, novamente, a lei da extinção, restabelecendo o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra [40].

Santa Cristina do Pinhal prosperava tanto política como economicamente. "O seu porto era movimentado e a produção agrícola da região era escoada através da navegação pelo Rio dos Sinos" [41].

Porém Taquara do Mundo Novo, núcleo de expansão vizinha da sede de Santa Cristina do Pinhal alcançou em maio de 1882, à condição de freguesia:

> O Dr. José Leandro de Godoy e Vasconselos, Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.
>
> Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Provincial decretou e eu sancionei a seguinte Lei:
>
> **LEI Nº. 1382 DE 27 DE MAIO DE 1882 [42].**
>
> Artigo 1° - Fica elevada a categoria de freguesia o districto de Taquara do Mundo Novo em o municipio de Santa Christina do Pinhal, com as mesmas denominações e as seguintes divisas: pelo Rio dos Sinos, Rio Santa Maria e pelo Rio da Ilha até encontrar a estrada da Serra Velha, por esta até os campos de Cima da Serra e daqui as divisas actuaes pelos mesmos campos.
>
> Artigo 2° - Revogem-se as disposições em contrario.

---

[40] ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo.** Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2005**,** Volume II, p. 71.

[41] AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara/Porto Alegre: Prátika/Palotti, 1986.

[42] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. In: Mossmann, 2008.

> Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem.
>
> O Secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.
>
> Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, aos vinte e sete dias do mez de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo primeiro da Independencia e do Império.
>
> José Leandro de Godoy e Vasconcelos

Enquanto a freguesia de Taquara do Mundo Novo se expandia, políticos conservadores e liberais disputavam o poder local. Os conservadores intensificavam sua influência, o que contribuiu para a emancipação da freguesia do Mundo Novo.

Na década de 1880, Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Paula[43] e Taquara do Mundo Novo se emanciparam. Havia neste período um elevado número de emancipações no Rio Grande do Sul. Essas emancipações se justificam como medidas para tentar sustentar o fragmentado Império, que via na fragmentação do poder, uma das maneiras de sustentar-se. O Império buscava alternativas para a crise política que estava enfrentando. A criação de novos municípios oferecia a oportunidade de fortalecer o poder local e assim manter a parceria com os coronéis destas localidades.

Santa Cristina do Pinhal emancipou-se em 1880 e a localidade vizinha, Taquara do Mundo Novo em 1886.

Nesse meio, as relações políticas tornavam-se insustentáveis nestas localidades. Políticos Conservadores e Liberais acirravam a disputa pelo poder. A localidade pinhalense tinha como líder político o liberal Coronel Francisco Alves dos Santos, enquanto que em Taquara do Mundo Novo, o representante político era o Coronel Francisco de Oliveira Neves.

Encontramos dois episódios que foram os pivôs para acirrar mudanças na política local. Foram eles “a eleição para deputado do primeiro Distrito do Rio

---

[43] São Francisco de Paula, então conhecido como São Francisco de Paula de Cima da Serra – município vizinho a Santa Cristina do Pinhal, passou por três processos de emancipação, sendo o primeiro em 1878 (emancipação de Santo Antônio da Patrulha); em 1884 seu território foi anexado a Santa Cristina do Pinhal, ocorrendo a sua nova emancipação no mesmo ano; em 1892, através do Ato 302, sofreu uma nova perda de autonomia política, só que, dessa vez, seu território foi anexado a Taquara do Mundo Novo. A emancipação definitiva de São Francisco ocorreu em 1903. Mais informações ver em: SILVA, Iva da. Histórico de São Francisco de Paula. *In* SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann Org. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007.

Grande do Sul (Santa Cristina do Pinhal) e a emancipação da freguesia do Mundo Novo" [44].

A eleição para deputado deu a vitória ao candidato liberal Antônio Eleuthério de Camargo sobre o candidato conservador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves. No entanto, o partido Conservador não aceitou segundo lugar questionando a quantidade de votos depositados em Santa Cristina do Pinhal, onde Camargo fez 102 votos e Paulino Chaves apenas 32.[45] Então o partido conservador pediu a anulação dos votos recebidos por Camargo alegando que o nome deste candidato estava escrito erroneamente no livro de ata da eleição e que também havia falsificação nas cédulas eleitorais.

Mesmo Camargo tendo apresentado provas concretas com testemunhos a seu favor, a situação não foi revertida, tendo sua posse impugnada.

O curioso é que o Coronel Francisco Alves dos Santos, mesmo usando sua influência política não conseguiu ajudar a Camargo. Outra derrota política do Coronel Chico Santos, como era conhecido, foi o fato de Taquara do Mundo Novo ter conseguido emancipar-se em 1886, através da lei 1568:

LEI Nº. 1568 DE 17 DE ABRIL DE 1886[46].

O Desembargador Henrique Pereira de Lucena, Cavalheiro da Ordem de Christo, Commendador da Imperial Ordem da Rosa, Official da Legião de Honra, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e ou sanccionei a lei seguinte:

Artigo 1° - Fica elevada a cathegoria de villa a freguezia da Taquara do Mundo Novo, creada pela lei provincial n. 1382 de 27 de Março de 1882.

Artigo 2° - As divisas deste municipio são as actuaes da freguezia.

Artigo 3° - Revogem-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

---

[44] SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Pinhal (1880 – 1892).** Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2008, p.48.

[45] Idem, p. 48.

[46] **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras. In:SOBRINHO, 2008, (p. 51).

> Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, aos dezesete dias do mez de Abril de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo quinto da Independencia e do Império.
>
> (L. S.) ***Henrique Pereira de Lucena***
>
> Nesta Secretaria do Govêrno foi selada e publicada a presente Lei aos dezessete de abril de mil oitocentos e oitenta e seis.
>
> O Diretor Geral e substituindo o Secretário, Frederico Ernesto Estrela de Vileroi.

Políticos pinhalense reagiram insatisfeitos com alcance da autonomia política de Taquara do Mundo Novo. Francisco Alves dos Santos repudiou a iniciativa dizendo que tal emancipação beneficiaria apenas poucas pessoas.

Em 1889, ocasião da instalação da República no território brasileiro, o Partido Republicano tentava expandir sua hegemonia política. Em Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo, o Partido Liberal continuava a sobrepor seu poderio, tendo como representante maior o Coronel Francisco Alves dos Santos. Enquanto que fazendo frente aos Liberais estavam os líderes do Partido Republicano Rio-grandense, o Coronel Francisco de Oliveira Neves e o Major Diniz Martins Rangel.

Neste momento Júlio de Castilhos ocupava o governo estadual e o Coronel Francisco Alves dos Santos perdeu o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional de Taquara do Mundo Novo e Santa Cristina do Pinhal, para o Major Francisco de Oliveira Neves, líder do Partido Conservador na comunidade pinhalense por não ser da confiança de Castilhos como o era o Coronel Neves.

Francisco de Oliveira Neves articulou uma jogada política em Santa Cristina do Pinhal com o objetivo de eliminar as chances de opositores liberais reassumirem o comando no município. Este Coronel fazia parte do Conselho que deveria elaborar uma Constituição para Santa Cristina do Pinhal, no entanto este Conselho encaminhou uma correspondência ao Presidente do Estado solicitando a anexação do município de Santa Cristina do Pinhal ao de Taquara do Mundo Novo. Pedido que em menos de um mês foi prontamente atendido pelo governo estadual (Júlio de Castilhos). Assim o município foi extinto ficando subordinado ao Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, de Taquara do Mundo Novo. Além de Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Paula de Cima da Serra também fora extinguido em 1892. Conforme nota a seguir:

> A rápida resposta do Estado à solicitação indica que essa perda de autonomia política já estava sendo tramada por políticos republicanos não só na região, como também no Estado, visto que a solicitação de Santa Cristina do Pinhal foi assinada em 6 de agosto de 1892 e, apenas 25 dias após essa solicitação ser enviada, o Estado já mudou toda a estrutura administrativa da região, que era importante para o Estado.[47]

O Coronel Francisco de Oliveira Neves tornou-se o mais importante político representante do Partido Republicano em Taquara do Mundo Novo ao assumir a presidência da Assembléia Legislativa no período de 1897/1900 assim representando os anseios políticos castilhista na região Rio-grandense.

Foi devido às disputas políticas que Santa Cristina do Pinhal perdeu sua autonomia política retornando a distrito.

Assim, Francisco de Oliveira Neves tornou-se o principal político republicano em Taquara do Mundo Novo naquele contexto e representou os interesses políticos de Júlio de Castilhos na região.

Verificamos o processo de formação territorial, quando percebemos o interesse dos municípios vizinhos pela localidade pinhalense, uma vez que esta representava importante fonte econômica e, a política de imigração que trouxe os agricultores alemães que com seu excedente de produção escoada a partir do porto fluvial via rio dos Sinos, integrou Santa Cristina do Pinhal, colônia de São Leopoldo, a Porto Alegre. O projeto de colonização efetuado por Tristão Monteiro colaborou para a colonização que com sua produção agrícola deu suporte demográfico e econômico para a formação dos municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara.

Neste período, do advento da República, e após esta, as localidades apontadas, foram palco de disputas pelo poder político entre Conservadores e Liberais o que levou um município a retroceder ante o outro.

Uma vez conhecido os aspectos da formação e decadência do município, vamos identificar como ocorreu a construção da capela para compreendermos a sua inserção na localidade.

---

[47] SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Pinhal (1880 – 1892).** Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2008, (p. 59).

3 A CAPELA DE SANTA CRISTINA DO PINHAL

A padroeira da capela é Santa Cristina que foi uma moça italiana, religiosa católica que dedicou sua vida a servir a Deus e a Igreja, sempre obediente aos pais. Ela desejava ser uma referência para os jovens. Faleceu aos 22 anos. Foi canonizada pelo Papa mesmo sem ter realizado nenhum milagre, apenas por seu exemplo de vida cristã. No início da fundação da capela os padres jesuítas que atuavam na paróquia, trouxeram sua imagem para o Brasil e ela passou a ser a padroeira local.

No entanto, coincidência ou não, a esposa de D. Pedro Segundo em 1847 na ocasião da fundação da Igreja, chamava-se Tereza Cristina e em homenagem a ela a capela recebeu o nome de Santa Cristina. Mais tarde quando a localidade denominada de Pinhal por causa das matas de araucárias existentes na região recebeu a emancipação política então passou a denominar-se Santa Cristina do Pinhal. Foi uma junção do nome religioso com o administrativo.

A capela de Santa Cristina do Pinhal foi criada pela lei provincial nº. 96, de 25 de novembro de 1847. Atendendo ao pedido dos moradores do povoado de Pinhal. David Pereira Dias, morador da localidade vizinha, doou o terreno destinado à construção da igreja. O engenheiro Alphonse Mabilde foi encarregado pela portaria de 8 de janeiro de 1851 pelo presidente da província, Pedro Ferreira de Oliveira, para que vistoriasse e informasse a respeito do terreno doado para tal construção.

Em correspondência datada em cinco de março de 1851, prestou contas da tarefa a que fora incumbido, conforme Fischer:

> Na falta do doador, seu irmão, Domingos José Dias e demais moradores identificaram o local do terreno doado para o engenheiro Mabilde, informando que o dito terreno teria “300 palmos[1] [60m], mais ou menos, de comprimento”, e que esse seu irmão já tinha demarcado, provisoriamente o mesmo, enquanto não fosse, definitivamente, por um engenheiro do governo provincial.

[1] O palmo brasileiro, segundo o Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2113, foi uma unidade métrica de comprimento equivalente a 20 cm, usada no Brasil entre 1833 e 1862. In: FISCHER, Jacy Waldyr. **A capela de Santa Cristina do Pinhal, primórdios.** Porto Alegre/RS. Raízes de Taquara. V. 2. 2008.

> O engenheiro observou que a direção em que se achava demarcada aquela praça fazia com que mal se aproveitasse o terreno, que pelo lado e direção em que se achava, não somente se afastava de uma chapada da coxilha, como seguia por um terreno menos plano. Combinou-se com os moradores que a rua entre a praça e as casas que seriam edificadas teria 60 palmos [12m] contados de qualquer ilharga da mesma praça até o alinhamento das mesmas casas, cuja direção deve seguir em linha paralela com as mencionadas ilhargas.[2] Quanto às proporções da futura capela, o Presidente da província havia sugerido uma capela que em todo tempo pudesse servir de Capela Mor para uma igreja maior logo que a população aumentasse; acrescentar-lhe, neste caso, um corpo de igreja proporcionado ao tamanho da capela. Os moradores, no entanto, fizeram várias objeções, entre elas, a de querem edificá-la às suas próprias custas, como identificaram em seu requerimento, e que sendo esta obra feita com as esmolas que poderiam receber para esse fim, estas talvez não chegariam para suprir as despesas em que semelhante capela importaria.[3]

Os moradores e o engenheiro chegaram então a um consenso quanto às medidas da capela: “que o comprimento total de fora fosse de noventa palmos (18m) e a largura de 40 palmos (8m)”.

A construção da capela ficou a cargo da irmandade de São João, que contratou o mestre pedreiro para a construção da mesma.

Como o custo da obra seria elevado, não poderiam os moradores custeá-lo sozinhos com as doações que receberam. Então a assembléia Provincial liberou a importância de 1;800$000 rs para a obra, por meio da comissão formada por Tristão José Monteiro, Domingos José Dias e Baltazar José Bernardes.

A obra recebeu doações como a de Tristão José Monteiro proprietário da fazenda Mundo Novo, no valor de cem mil reis, que somada a outras doações em dinheiro totalizava a quantia de 633$000reis.

As doações eram ainda de material para a capela: pedra, madeiras, ferragens, telhas e transportes, com lanchão, de objetos que fossem necessários.

A pedra usada na construção vinha das pedreiras locais, distante apenas 900m. As matas que compunham a localidade abundavam em madeira de lei que foi usada. Somente a cal veio de longe, Rio pardo ou Porto alegre.

Nota-se todo um esforço feito para construir a Igreja, o que certamente denota que ela trouxe status e serviu de referencial religioso para os indivíduos.

Em relação à arquitetura, a capela possui estilo gótico. Sua construção é formada por uma nave e uma torre bastante elevada. Em seu interior há uma antiga

---

[2] Ilharga, segundo o Dicionário Houaiss, entre outras acepções, significa “lado ou flanco de diversos animais e coisas”. No texto citado é sinônimo de lado. Ibidem.

[3] FISCHER, Jacy Waldyr. **A capela de Santa Cristina do Pinhal, primórdios.** Porto Alegre/RS. Raízes de Taquara. V. 2. 2008, (p.1237).

pia batismal ainda do período da sua construção. Destaca-se também um desenho artístico que forma um painel atrás do altar. Complementando seu adorno existem imagens confeccionadas em madeira e gesso.

Os primeiros livros tombos da paróquia desapareceram e alguns dos que restaram possuem caligrafia ilegível impossibilitando o conhecimento de maiores informações a respeito da construção e dos fatos sociais da capela que foi inaugurada em 1853.

A paróquia foi criada por Dom Feliciano José Rodrigues Prates e foi elevada a categoria de freguesia pela Assembléia provincial. Devido às más condições em que se encontrava, o bispo concedeu a instituição canônica somente em 17 de janeiro de 1865, ocasião em que nomeou o primeiro cônego Manuel Rodrigues Coelho das Neves que ali permaneceu até 1871, quando permutou com o pároco de São Martinho, Antonio Guedes de Assis, em correspondência encaminhada ao monsenhor Vicente Ferreira dos Santos Pinheiro, Vigário geral do bispado, em 11 de julho de 1883, informou "A matriz bastante em ruínas e suas alfaias quase no mesmo estado", e em outubro do mesmo ano, insiste "esperando haver dinheiro para compostura da matriz" (ACMPA).[4]

No período de 1877 a 1879, os padres jesuítas atenderam a paróquia. Em 1879 ela passou a ser administrada pelo Padre Antônio Florio e em 1882, o Padre Custódio Guedes de Assis. Depois voltou o padre Antônio Guedes de Assis (1883 - 1892). O padre Mário Deluy atuou na paróquia de 1893 a 1897. Em 1897 foi administrador o padre Roberto Merjer e de 1897 até 1899, o padre Felipe Diel.[5]

Também passaram por esta paróquia os seguintes padres nas respectivas datas: [6]

1899 a 1930 - a capela esteve sobre a jurisdição de Taquara;

1930 a 1940 - vigário Felipe Marx e outros;

1940 a 1976 - sacerdote Afonso Kist (sepultado em Santa Cristina do Pinhal);

1976 a 1980 - eclesiástico Lidyo Schineider;

---

[4] ACMPA - Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Pasta Santa Cristina do Pinhal. Dados retirados do material de divulgação da Festa de Cento e Cinqüenta Anos da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal, 2003. Acervo da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal.

[5] A relação dos párocos de Santa Cristina do Pinhal foram coligidos no livro de Arlindo Rupert. Dados retirados do material de divulgação da Festa de Cento e Cinqüenta Anos da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal, 2003. Acervo da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal.

[6] Dados retirados do material de divulgação da Festa de Cento e Cinqüenta Anos da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal, 2003. Acervo da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal.

1980 a 1990 - clérigo Rubens Luis Schuch (natural desta localidade);

1990 a 2007 - Padre Inácio Schabarum;

12/2007 a 22/04/2008 – Padre Alex Graminho Boardman;

Atualmente desde 2008 o padre Paulo Muller.

Durante toda a sua existência, muitos foram os sacramentos realizados nesta capela, entre eles tem-se o registro dos primeiros batizados e matrimônios: [7].

> Os três primeiros batizados: 1º Registro - Amaro -1854 – escravo veio da Aldeia dos Anjos, filho de Eva, Escrava e José Joaquim Coelho. 2º registro – Rita – 1854 filha de Maria Antônia de Jesus, não tem nome do pai. 3º Registro – Zulmira – 1854 filha de Joaquim Hilário da Silva e Constancia Antônia dos Santos.
> Os três primeiros casamentos: 1º Registro – 13 / 05 / 1855 – José Pires Martins Júnior e Paulina Martins Fibreno. 2º Registro 15 / 05 / 1855 – Antônio Alves Viana e Joaquina Maria Conceição. 3º Registro – Francisco José dos Santos e Maria Lígia de Moraes.

Os sacramentos e os festejos religiosos retratam um momento de prática da fé, chamando a atenção dos indivíduos integrando-os às festividades religiosas e mantendo vivas suas tradições.

A capela católica sempre representou um elo religioso, social e cultural para a localidade. Um dos destaques da sua atuação é através dos festejos populares que ela realiza anualmente. Não se sabe as datas certas em que se iniciaram na comunidade pinhalense, mas, que há muitos anos eles já são tradicionais, uma cultura que se mantém viva com o passar dos anos.

As festas realizadas têm o objetivo de adquirir fundos para a manutenção da paróquia e também de integrar a comunidade e fiéis. Todas seguem praticamente o mesmo roteiro: no domingo a partir das 6 horas da manhã há um foguetório com o intuito de lembrar a todos de que a comunidade está em festa. Às 10 horas é celebrada a missa na igreja de onde seguem em procissão com o Santo da vez em um andor enfeitado até o barracão de festas que está situado junto a uma linda pracinha também em frente à Igreja. Ao meio dia é servido um farto churrasco e galinhada, à tarde acontece o baile com leilões, de produtos diversos, animais (porco, ovelha, terneiro), sorteio de rifa que fora vendida anteriormente e de tortas. Ainda são vendidos doces, salgados e bebidas.

---

[7] Dados retirados do material de divulgação da Festa de Cento e Cinqüenta Anos da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal, 2003. Acervo da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal.

A primeira das festas acontece no mês de fevereiro, é a de Nossa Senhora dos Navegantes, que inicia uma procissão fluvial no Passo dos Ferreiros, descendo o rio dos Sinos até a Prainha de Santa Cristina do Pinhal, de onde os fiéis seguem em caminhada, passando pela pracinha até a igreja onde é celebrada uma missa com a presença da imagem no andor bastante enfeitado.

A segunda é a do Divino Espírito Santo, de origem açoriana, momento em que a bandeira do Divino visita as casas colhendo donativos para a realização da mesma. Sendo realizada no dia de Pentecostes. E a outra é a festa da padroeira - *Santa Cristina*, seu dia é o 24 de julho, no entanto devido à proximidade com a data da última festa realizada, ela só ocorre em outubro.

As festas têm casais de festeiros ou uma comissão organizadora que junto com o padre são responsáveis pela organização dos festejos. Os festeiros do próximo ano são escolhidos pela comissão e anunciados durante a missa festiva quando os escolhidos vão até a frente do altar sendo apresentados e aplaudidos, o que é motivo de orgulho.

Todas as pessoas que trabalham na festa, além dos festeiros, inclusive o grupo de jovens, são voluntárias. Com o tempo passou-se a pagar os assadores que vem de fora e uma mulher para trabalhar na cozinha.

Na segunda feira à noite, os organizadores reúnem-se em um churrasco para fazer a contabilidade da festa, onde vêem o lucro e o que pode ser melhorado para a festa do próximo ano.

As festas se propunham a ser um espaço de convivência para a comunidade, mais que isso, é uma manifestação religiosa e cultural onde as pessoas se divertem, fazem novas amizades, iniciam namoros, casam-se e constituem famílias.

Festas que merecem destaques foram as de comemoração dos cem e dos cento e cinqüenta anos da Igreja pinhalense. Elas foram um pouco mais extensas e significativas que as demais iniciando com alguns festejos durante a semana que as antecedeu e encerrada no domingo. Foram muito grandes e contou com a presença de grande número de pessoas. A última das festas foi festejada no ano de 2003

A segurança das festas, em geral é feita pela polícia da Brigada Militar mediante requerimento enviado pelo pároco. Também presta serviço uma equipe de seguranças particulares composta por cinco pessoas que recebem pelo serviço prestado.

Segue algumas curiosidades e serviços prestados pela capela de Santa Cristina do Pinhal à comunidade durante os 157 anos de sua existência. Foram realizados mais de 47.000 batizados e mais de 4.000 casamentos na Paróquia. Muitas pessoas migraram para as cidades vizinhas.

Atualmente o padre da paróquia[8] de Santa Cristina do pinhal, atende a mais quatro comunidades vizinhas que fazem parte desta. São elas, a comunidade de Fazenda Fialho, Santa Cruz da Concórdia, Figueirão e Morro da Pedra. Ao todo são 26 capelas mais a Igreja matriz e quatro zonas residenciais onde as missas são rezadas em escolas.

Desse modo percebe-se a importância que a paróquia católica[9]de Santa Cristina do Pinhal sempre representou para a comunidade, uma vez que ela mantém as pessoas unidas pela fé e pelas atividades sociais desenvolvidas.

Além da simbologia e da importância da igreja para a localidade muitos mitos a cercam, a mais conhecida é a “praga do padre”, que é uma narrativa corrente entre a população, uma história de relatos reais e de memória.

Contam os mais velhos da localidade que a praga do padre tão comentada e jamais esquecida, é verdadeira. E esta é a história que a autora da presente pesquisa se criou ouvindo dos pais, tios e vizinhos contarem:

Certa vez na década de 1900, determinado padre aproveitando que estava no confessionário com uma senhora casada, disse-lhe algumas palavras obscenas. Esta contou ao marido que se revoltou querendo matá-lo. Reuniu mais alguns homens e foram ter com o padre. Então alguém sugeriu que respeitassem a “sagrada batina” e decidiram somente por amarrá-lo, colocando-o em uma caíco e largaram-no rio abaixo. Alguns quilômetros dali, mais ou menos na cidade de São Leopoldo pescadores o recolheram da água libertando-o. Neste momento o dito padre ajoelhou-se na terra erguendo as mãos para o céu proferindo as seguintes palavras; “Santa Cristina do Pinhal, lugar onde me fizeram esta barbaridade, não há de progredir. Quando construírem uma casa, duas devem cair. Nada lá há de prosperar, ter êxito, para que paguem pelo mal que a mim foi feito”. E nunca mais se ouviu falar do tal vigário.

---

[8] Passou a assim denominar-se pelo fato de adquirir ramificações religiosas.

[9] Na localidade existem também outras denominações religiosas que igualmente desempenham significativo papel social.

Mas, há ainda uma segunda versão sobre a “praga do padre” relatada no Jornal Panorama:

> De 1877 a 1883, a paróquia de Santa Cristina do Pinhal foi administrada pelos sacerdotes jesuítas da cidade de São Leopoldo. Nestes seis anos, periodicamente os padres visitavam o povoado para ministrar os sacramentos e realizar missas.
> O povo conta que um desses padres itinerantes estava envolvido em intrigas e tornara-se indesejado pelos cristinenses. Um grupo de paroquianos resolveu então pregar uma peça no padre. Na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, pelo Rio dos Sinos, o reverendo subiu no barco e ficou de pé na proa, ao lado da santa. Quando a embarcação começou a descer o rio, os canoeiros que sabiam da trama e estavam preparados para agir, num gesto rápido travaram os remos e o padre, desequilibrando-se, foi derrubado na água. Antes de afogar-se no rio, o religioso enraivecido, proferiu uma praga: a partir daquele dia Santa Cristina iria retroceder e nunca mais se desenvolveria.[10]

Atualmente a praga do padre divide opiniões, é vista na comunidade por alguns indivíduos como verdadeira e por outros, somente como mito.

Sendo a história da “praga do padre”, mito ou verdade, o certo é que a localidade de Santa Cristina não alcançou um significativo desenvolvimento econômico. Várias indústrias de calçados, comércio e de serviços automotivos, entre elas, farmácia, supermercados, oficina, borracharia que foram instaladas nesta comunidade, permaneceram por poucos anos e partiram para outro local ou faliram deixando as pessoas sem emprego e sem demais atendimentos.

A principal economia do local são as pedreiras de extração de pedra grês, usada na construção de casas e prédios. Elas geram abundante fonte de renda, pelo fato de sua mão-de-obra ser bastante cara e escassa. No entanto, empregam em sua maioria absoluta pessoas do sexo masculino, devido ao trabalho pesado que exige. A mão-de-obra feminina ou é absorvida por atelhieres de calçados ou as mulheres saem para outras localidades vizinhas em busca de emprego.

Há na localidade pinhaleira, empregos públicos em pequena quantidade, em escolas, subprefeitura e em um posto de saúde etc. Também a comunidade conta com olarias e mini-mercados.

No entanto, por ser um local pequeno e simples, as pessoas todas se conhecem e quase não se tem os problemas das cidades grandes como poluição sonora, violência de toda a espécie etc. Inclusive muitos indivíduos ao se

---

[10] SANTOS, Fabiano Teixeira dos. A praga do padre. **Panorama,** Taquara, 26 de setembro de 1977. Especial Velho Mundo Novo, (p. 4).

aposentarem, compram terrenos e casa na localidade em busca de uma qualidade de vida melhor.

E nesse meio, a capela de Santa Cristina permanece firme em seus propósitos enquanto instituição religiosa de referência da comunidade. No entanto, cabe ressaltar que dentro da comunidade há outras religiões[11].

Dessa forma, concluímos que um conjunto de fatores colaborou para a formação da capela. Desde as leis de autorização e criação da mesma, bem como, a parceria existente entre Estado e os moradores da localidade na questão financeira para a construção. A arquitetura em estilo gótico e um rico acervo de imagens sacras dão a atual paróquia maior prestígio. É através da realização dos santíssimos sacramentos e dos festejos religiosos que a paróquia contribui com a comunidade se dispondo a acolher a todos que assim desejarem.

A “praga do padre”, por sua vez, faz parte da memória da comunidade.

Em relação às disputas políticas pelo poder local, entre Conservadores e Liberais, das quais os municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo foram palco, estas deram vantagem a comunidade taquarense, sendo que o Município de Santa Cristina do Pinhal foi reduzido à condição de freguesia de Taquara.

[11] Evangélica, Testemunha de Jeová, Adventista e Espírita.

4 CONCLUSÃO

Procuramos ao longo desta monografia reconhecer a história da capela de Santa Cristina do Pinhal, sua inserção na comunidade e a atuação para a caracterização da sociedade local.

A presente pesquisa não tem a pretensão de apresentar resultados absolutos e inquestionáveis, nem de dar esse assunto por encerrado. Apontou alguns resultados, mas, no entanto, fica a dica para que algum interessado no assunto continue a pesquisá-lo e quem sabe encontrar novos resultados.

Constatou-se a escassez de material que retrate sobre a “vida” sociocultural da referida capela, o que faz deste trabalho uma das poucas referências a serem consultadas. A capela foi fundada na localidade de Santa Cristina do Pinhal demonstrando a sua importância em relação às localidades próximas.

A pesquisa mostra que os fatos ocorridos em Santa Cristina do Pinhal refletem o mecanismo da política imperial e provincial do período. Onde Estado e Igreja estavam entrelaçados. Esse fato justifica a importância de estudar as questões de sua comunidade fazendo uma analise contextualizada em um espaço mais amplo para compreender a micro-história.

No século XVIII, Santa Cristina do Pinhal representou uma frente de expansão, tendo sua população constituída por descendentes de portugueses e espanhóis e mais tarde, a partir de 1846 também pelos imigrantes alemães. A capela foi fundada na localidade de Santa Cristina do Pinhal demonstrando a sua importância em relação às localidades próximas.

Ao longo da pesquisa verificamos que Santa Cristina do Pinhal tinha um movimentado porto fluvial, por onde escoava a produção agrícola desenvolvida principalmente por agricultores alemães que chegaram à localidade.

O rio dos Sinos foi muito importante para o desenvolvimento da localidade pinhaleira, escoando a produção da colônia e impulsionando sua economia. A localidade Cristinense estava ligada a São Leopoldo fornecendo produtos agrícolas através de seu porto fluvial a Porto Alegre que deu igualmente significativa contribuição para o seu desenvolvimento econômico, receptando seus produtos, ao mesmo tempo que enviava para a colônia as manufaturas que ela necessitava.

O excedente de produção agrícola comercializada com Porto Alegre através do seu porto fluvial somado ao crescimento demográfico foi o que deu suporte para a construção da capela católica.

As famílias pinhaleiras, tiveram o desejo e a necessidade de ter um templo para reunir-se constantemente e realizar os sacramentos religiosos.

A construção da capela trouxe status e serviu de referencial para a população. A mesma, foi fundada e custeada pelo governo provincial e por doações em dinheiro e em material de construção feitas pelos moradores locais.

Depois da inauguração da capela, a localidade foi elevada à condição de freguesia, o que comprova a importância da capela para a criação jurídico-administrativa ao lugar. Dessa forma verificou-se que a autorização para a construção da capela expressava autonomia política neste período quando havia uma relação entre Estado e Igreja.

Como já citado anteriormente, o movimentado porto fluvial e a grande produção agrícola deram suporte para o crescimento econômico e demográfico. A comunidade foi elevada à freguesia e, em seguida a sede de município. Por fim a alcançar à emancipação e o fortalecimento mercantil vinculado a Porto Alegre e São Leopoldo.

Santa Cristina do Pinhal foi um reconhecido fornecedor de produtos agrícolas escoados pelo rio dos Sinos. Por parte dos outros municípios, tornou-se alvo de disputa, fato que o levou ao pertencimento em um determinado momento ao município de Santo Antônio da Patrulha, ora a Porto Alegre ora a São Leopoldo, sendo que a este último pertenceu desde 1864 até 1880, quando se emancipou.

No entanto Santa Cristina do Pinhal não prosperava sozinha, paralelamente a ela, o povoado de Taquara do Mundo Novo cresceu economicamente e atingiu em 1886, sua autonomia política, o que resultou em uma disputa política na região. Com a Proclamação da República, disputas locais pelo poder político, entre coronéis conservadores e liberais fizeram com que Santa Cristina do Pinhal perdesse sua autonomia política em 1892, sendo anexada como distrito ao município de Taquara do Mundo Novo.

Em relação à atuação da capela no episódio de destituição do município de Santa Cristina do Pinhal, as fontes não revelam que ela tenha deixado de exercer suas funções. Assim, logo, o aspecto político deixou de ser referência porque perde

sua autonomia, enquanto a igreja continuou firme nos seus propósitos representando independência e um elo religioso, social e cultural para a localidade.

A igreja, os padres e a comunidade católica, não se posicionaram e não alteraram suas ações nem perderam sua referência, mas sim continuaram acima das demandas políticas, praticando seus afazeres normalmente, o que comprova que suas atividades sociais dependiam apenas de si própria para a caracterização da sociedade local.

A construção da capela enquanto instituição religiosa na localidade de Santa Cristina do Pinhal, veio a contribuir primeiro porque a capela foi elevada à freguesia e a partir daí, a localidade passou a evoluir politicamente até alcançar a emancipação de São Leopoldo.

Diante dos textos e demais fontes consultadas, percebemos que no momento da perda de autonomia política a capela enquanto instituição católica não se posicionou e não alterou suas ações ou mesmo como referência, estando assim, acima das questões político-administrativas e econômicas.

Durante esses dois séculos permanece como referência na localidade para sua população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara/Porto Alegre: Prátika/Palotti, 1986.

BISCHOFF, Marcelo Belmiro. **A construção do espaço urbano na região de Porto Alegre: Um estudo das localidades do Pinhal e Capela de Santana.** Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo: 2000.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Editora UNESP, 2002.

ENGELMANN, Erni Guilherme, **A Saga dos Alemães** – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2004, Volume I.

_____. **A Saga dos Alemães** – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2005, Volume II.

FISCHER, Jacy Waldyr. **A capela de Santa Cristina do Pinhal, primórdios.** Porto Alegre/RS. Raízes de Taquara. V. 2. 2008.

FISCHER, Luís A. e GERTZ, René... (coords). [et al]. **Nos os teuto-gaúchos**. A trajetória de integração do imigrante alemão. 2ª ed. – Porto Alegre Universidade/UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1996.

LANDO, Aldair Marli. (et al.) **Imigração & colonização.** Org.José H. Dacanal e Sérgios Gonzaga. Porto alegre, Mercado Aberto, 1980. 280p. (Séria Documenta,).

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República velha gaúcha.** São Leopoldo: Oikos, 2010

_____. **Terra, gente e fé: aspectos históricos de Taquara do mundo Novo** / organizadora, Dalva Heinheimer – Taquara: FACCAT, 2005.

PANORAMA, Jornal. **Velho Mundo Novo**. 22º ano do jornal do Vale do Paranhana. 26 de setembro de 1977.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese de Doutorado, 2003.

MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *In:* KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004**.**

KOLIVER, Isete Maria. **Pioneiros do Mundo Novo.** Genealogia dos primeiros habitantes de Taquara. S.N.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia". *In*: DACANAL, José Ildebrando e GONZAGA, Sergius. **RS:** Economia e Política. Porto Alegre- RS: Mercado Aberto, 1979.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. A praga do padre. **Panorama,** Taquara, 26 de setembro de 1977. Especial Velho Mundo Novo, p. 24.

SILVA, Eloísa Elena da. **Parobé:** desvendando sua história. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura Plena em História – FACCAT. Taquara. 2008.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do pinhal (1880 – 1892)**. Trabalho de Conclusão de Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2008.

OBRAS CONSULTADAS:

Arquivo da Paróquia de Santa Cristina do Pinhal ACMPA - Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto alegre. Pasta Santa Cristina do pinhal.

BERTUSSI, Paulo Iroquez [et al.]. **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre Mercado Aberto, 1983. BURKE, Peter. **Variedades de História cultural**. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2000.

BURKE, Peter. **Variedades de História cultural**. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história**. Rio de Janeiro. Editora: Campos. 1997.

LIVROS TOMBO. **Registros de sacramentos religiosos**: Arquidiocese de Novo Hamburgo. Santa Cristina do Pinhal - Parobé, 1889.

MATERIAL de divulgação da Festa de Cento e Cinqüenta Anos da Paróquia de Santa Cristina do pinhal.

MOSMANN, Lígia. **Uma fazenda, um sobrado, a estação** – Parobé, Uma História a ser Contada! Parobé: SMEC, 1999.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. BARROSO, Véra Lucia Maciel.(orgs.) **Raizes de Taquara**. Volume II. Porto Alegre. Edições EST. 2008.

ANEXOS

Figura 1 - Imagem panorâmica atual da localidade de Santa Cristina do Pinhal.
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

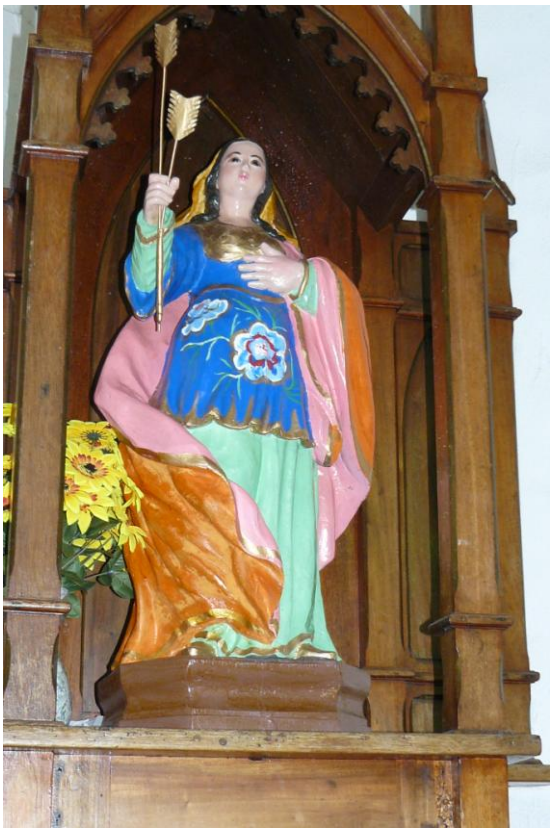


Figura 2 - Imagem da padroeira Santa Cristina
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 3 – Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 4 – Imagem de Nossa Senhora Indígena.
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 5 – Imagem do altar da Igreja católica de Santa Cristina do Pinhal
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 6 – Pia batismal da Igreja católica de Santa Cristina do Pinhal
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 7 – Imagem placa de comemoração do centenário da Igreja católica de Santa Cristina do Pinhal
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010)

Figura 8 - Lembrança do Sesquicentenário da Igreja de Santa Cristina do Pinhal. 1853 – 2003
Fonte: Acervo particular Célia Maria Dias (2010

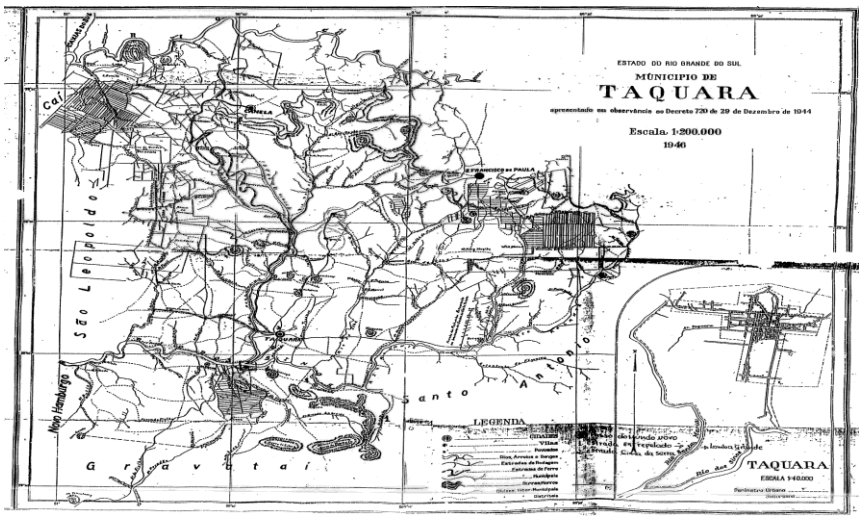
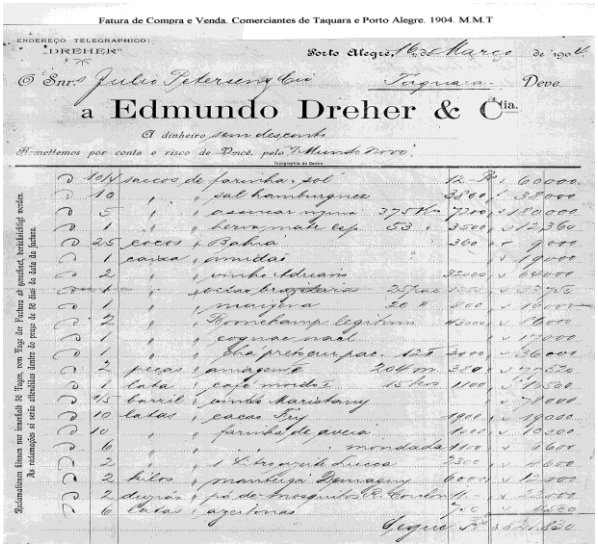


Figura 9 - Mapa de Taquara, antes das emancipações
Fonte: Prefeitura Municipal de Taquara.


Fatura de Compra e Venda. Comerciantes de Taquara e Porto Alegre. 1904. M.M.T

ENDEREÇO TELEGRAPHICO: DREHER

Porto Alegre, 18 de Março de 1904

Snrs. Julio Petersen & Cia. Taquara. Deve

a Edmundo Dreher & Cia.

A dinheiro sem desconto.

Remettemos por conta e risco de Snrs. pelo V. Mundo Novo.

10/1	10	sacos de farinha, sol		12$	60000
	10	sal hamburguez		2$00	20000
	5	assucar mgma	375 K	700	110000
	1	banha mate esp.	53 "	2300	12360
	25	sacos	Sabra	200	5000
	1	carro	amillai		19000
	2	vinho	Adriano	22000	44000
	1		sorte bugueria	20 kos	3375
	1		margarina	20 K	2000
	2		Bonnetamp. legitimo	4500	9000
	1		cognac naal		17000
	1		Chapeu pretos	125	36000
	2	pecos	pimagem	208 m	2$80	17520
	1	lata	café moido	15 kos	1100	16500
	1/5	barril	cinha Marisdamy			7000
	10	latas	sacca Luy		1900	19000
	10		farinha de aveia		1200	12000
	6			mondada	1100	6600
	2			Prosqueto Lucca	2500	5000
	2	bilos	pimentão	Demagny	8000	16000
	2	duzias	pó de Prosqueto	Cordon	1$	24000
	6	latas	azeitonas		1$00	6000
				Segue		

Reclamações feitas por intermedio de Vapor, com Vapor das Fazendas, só aceitaes, verificadas que sejam.
As reclamações só serão attendidas dentro do prazo de 8 dias da data da factura.

Figura 10 – Nota Fiscal 1904: Taquara e Porto alegre seguindo as mercadorias pelo vapor Mundo Novo.
Fonte Museu Histórico Adelmo Trott – Taquara.

Gasolina Floresta. Navegação no Rio dos Sinos. 1930
Último barco que navegou entre São Leopoldo e Taquara. Foi desativado em 1940
Arquivo de Família - Senhora Zenaide Boeira

Figura 11 – Gasolina Floresta. Navegação no Rio dos Sinos, 1930.
Fonte: Reinheimer, 2010

Figura 12 – Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes - Rio dos Sinos – Trecho Santa Cristina do Pinhal a Taquara. Década de 1940.
Fonte: Reinheimer, 2010

Estaleiro Wichmann - Passo do Mundo Novo. 1930 - Taquara
Arquivo de Família - Senhora Zenaide Boeira

Figura 13 – Estaleiro Wichimann. Taquara, 1930.
Fonte: Reinheimer, 2010

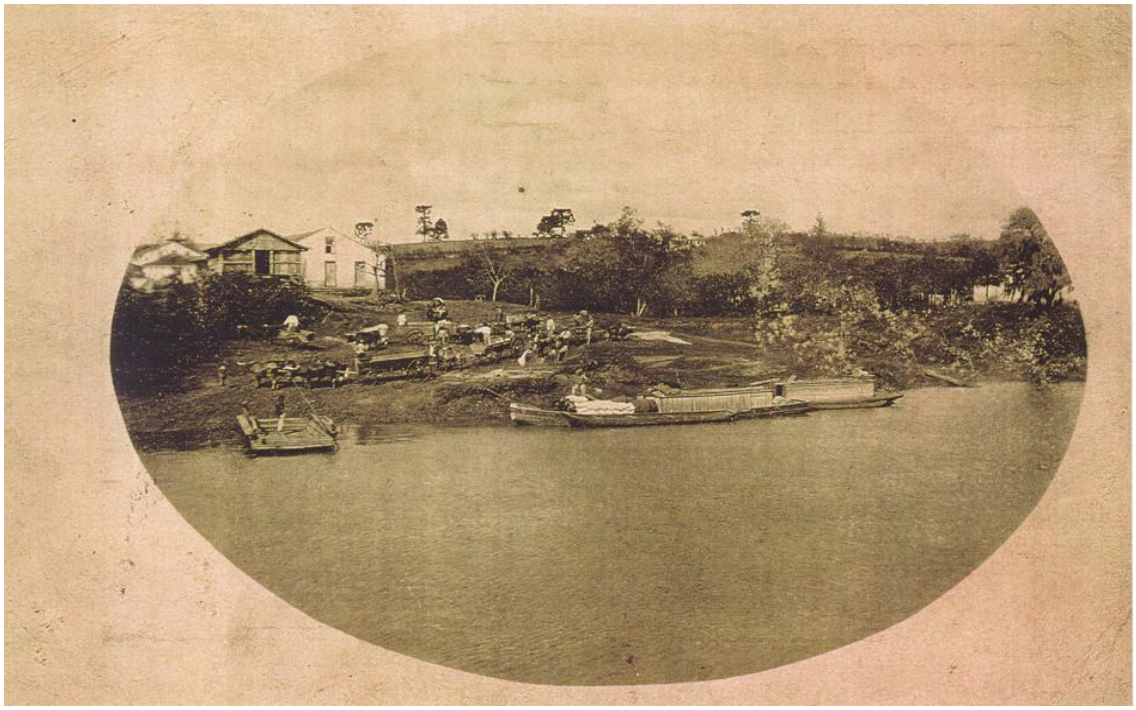


Figura 14- Carregamento de farinha de mandioca no Passo do Mundo Novo. Década de 1930. Tipo de embarcação: “Chata”, para cargas. Eram rebocadas pelos “Vapores” ou as “Gasolinas”.
Fonte: Reinheimer, 2010